

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ivo Som

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Ivo Som
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Célio Wanderley

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Ivo Som

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Águida Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Ivo Som
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO	Atos Administrativos	
	Resoluções de Afastamentos nº 520/2013	2
	Atos Legislativos	
	Ata da 2221ª Sessão Ordinária - Íntegra	2
	Ata da 2222ª Sessão Ordinária - Íntegra	5
Ata da 2223ª Sessão Ordinária - Íntegra	9	

EXPEDIENTE	GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL
	Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR Telefone: (95) 3623-6665
	ELÂNDIA GOMES ARAÚJO Gerente de Documentação Geral
	VICTOR TAVARES PIRO Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES	As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h
	É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO E SUPRIMENTOS DE FUNDOS

RESOLUÇÃO Nº 520/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **VÂNIA MARIA DA SILVA RODRIGUES**, Matrícula **001075**, para viajar com destino aos municípios de São João da Baliza e Rorainópolis, no período de 16.09 a 20.09.2013, com a finalidade de auxiliar a Comissão de cidadania e Justiça das Câmaras Municipais daqueles municípios, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 09 de setembro de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2221ª SESSÃO EM 02 DE JULHO DE 2013.

45º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA ORDINÁRIA PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

Às nove horas do dia dois de julho de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima vigésima primeira Sessão Ordinária do quadragésimo quinto período legislativo da Sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente, Deputada Aurelina Medeiros – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário, Deputado Remídio Monai – Senhor Presidente, há quorum regimental para abertura dos trabalhos.

A Senhora Presidente, Deputada Aurelina Medeiros – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do

povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário, Deputado Chicão da Silveira - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente, Deputada Aurelina Medeiros – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente. O Senhor Primeiro Secretário Remídio Monai – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:

Requerimento nº 001/13, de 27/06/2013, da Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos Termos das Resoluções nº 013 e 14/13, requerendo prorrogação de prazo para seu funcionamento, por 30 dias.

Requerimento nº 002/13, de 20/06/2013, da Comissão Especial Externa, criada nos Termos da Resolução nº 005/13, requerendo prorrogação de prazo por igual período desta Comissão Especial.

Projeto de Lei s/n/2013, de 28/06/2013, do Deputado Gabriel Picanço, determina a comunicação, por parte dos hospitais, clínicas e postos de saúde que integram as redes públicas e privada de saúde, sobre ocorrências envolvendo embriaguez e/ou consumo de substâncias com efeitos análogos por criança ou adolescente, na forma que especifica.

Memo nº 066/2013, de 26/06/2013, do Deputado Mecias de Jesus, solicita autorizar o setor competente, a fornecer cópia de forma integral da sessão Ordinária nos dias 19,20 e 25 do corrente mês.

Memo nº 044/2013, de 01/07/2013, do Deputado Jean Frank, justificando sua ausência nas sessões plenárias de 05 a 26/07 do corrente mês.

RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS:

Ofício Circular nº 025/2013, de 28/06/2013, do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, comunicando a inabilitação pelo prazo de 05 anos para o exercício de cargos em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, da gestora Florany Maria dos Santos Mota. DIVERSOS:

Ofício nº 011/2013, de 25/06/2013, do Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul Roraima, informando que se encontra em pleno funcionamento nesta capital a 1ª Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem de Boa Vista, e encaminha cópia do estatuto.

Ofício nº 011/2013, de 25/06/2013, do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Roraima, solicita providências quanto à atitude do Deputado Estadual Marcelo Natanael, acerca dos fatos narrados pelo Diretor da Unidade de Saúde/SMSA, do município de Iracema/RR. Ofício Circular nº 005/13, de 24/06/2013, da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento/ SEPLAN, convidamos para a reunião do dia 04/07/2013, a partir das 09h, no auditório da Academia de Polícia Integrada – API, para tratar da Revisão do Plano Plurianual 2012-2015, para o biênio de 2014 e 2015.

Carta s/n, de 24/06/2013, dos servidores da Agência de Defesa Agropecuária-ADERR, que se indignam diante da não aprovação do nome do Dr. Rodolfo Pereira, para a Agência de Defesa Agropecuária – ADERR, por parte dos Deputados Estaduais, no último dia 18 de junho. Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

A Senhora Presidente Aurelina Medeiros – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário Remídio Monai – Procede à chamada.

O Senhor Deputado Ivo Som – Senhor Presidente, Senhores Deputados, vou repetir mais uma vez. Não me canso de falar, a não ser que me provem o contrário sobre o site que denigre a minha imagem e a de alguns Deputados desta Casa. E o pior, esse rapaz já está atingindo minha família. Como sempre me diz o Doutor Erci, Deputado Mecias de Jesus e o próprio Deputado Flamarion que admitem qualquer situação entre nós, parlamentares, mas a partir do momento, que atingir a sua família, a coisa muda de figura. Eu lamento esse fato, é triste. Mas vou deixar bem claro, de novo, aqui. Se algum funcionário desta Casa estiver pensando que eu estou preocupado, porque ficam rindo da minha cara, me chamando de bobo, mas o melhor da vida é um dia atrás do outro. Eu logo imaginei naquele dia que esse jornalista falou de mim, que diz que ele mesmo viu o Deputado Ivo Som, na sala

vip, caladinho, choquinho, enquanto o Deputado Jean, bravo, valente, saiu xingando todo mundo. Então, realmente ele tem conhecimento porque eu não vi isso do Deputado Jean. Pelo contrário, o que nós falamos do Deputado Jean foi apenas um mal entendido que partiu de minha parte. E ele continua lá, postando o nome do Deputado, postando o meu, e promete que em breve tem surpresa, tem coisas melhores para mostrar como jornalista de credibilidade. Eu fico triste, mas a bola vai passar. Disseram que a Espanha era o melhor time do mundo, invicta, a imbatível, mas o Brasil a venceu por três a zero.

Deputado George, sei que Vossa Excelência também está indignado pela forma que estão colocando seu nome também na imprensa. Eu sou solidário com Vossa Excelência, pois o que eu vi ontem naquelas imagens, tenho certeza que não é nada ético fazer aquilo com Vossa Excelência. Nenhum Deputado merece isso.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Jânio Xingu – Deputado Ivo Som, esta matéria já vem sendo discutida há muito tempo, desde o início do mandato desta legislatura. A Deputada Aurelina já foi vítima disso, o Deputado Célio Wanderley, o Deputado George Melo e eu. O estatuto da OAB diz que o Estado ou o Município, quando contrata um advogado, aquele advogado fica impedido de advogar contra o município, contra a fonte pagadora. Peço ao Presidente Chico Guerra em relação àquele jornalista, que recebe algo da Assembleia, fica também impedido de falar mal da fonte pagadora, que são os Deputados deste poder. É só tomar isso como exemplo. Deputado Chagas, você é advogado, quando se recebe de uma fonte fica vedado falar mal daquela fonte. Observa-se que têm muitos jornalistas que recebem deste poder para atacar os próprios parlamentares. Isso é algo que me decepciona o parlamento. Por exemplo: o presidente da Assembleia não tem controle sobre os gabinetes. Eu nomeio quem eu quiser em meu gabinete. Mas, por ética, eu não nomeio ninguém em meu gabinete que fale mal de parlamentar. E se eu souber que alguém, mesmo um jornalista ligado a mim, que esteja em meu gabinete fale uma vírgula de um Deputado, pois ele é demitido por telefone. Que o Presidente Chico Guerra tome isso como exemplo, quer dizer, que aquele que recebe da fonte fica proibido de falar da fonte pagadora.

O Senhor Deputado Ivo Som continua. - Obrigado, peço à taquigrafia, acrescentar a fala do eminente Deputado Xingu em meu pronunciamento. E mais do que ninguém, Vossa Excelência viu, Deputado Xingu, naquela época dos pampeiros, sair no meu sit, mostrando minha pessoa, sua pessoa, o Deputado Chico Guerra, os Deputados das comissões. Eu não faço isso, não. Desde o meu primeiro mandato de 2004, priorizo falar bem dos parlamentares. E acima de tudo, considerando situação e oposição, são dois pensamentos diferentes. Mas, nos dois pensamentos se chega a um entendimento. Ontem eu vi os vídeos gravados com o Deputado George Melo, isso me deixou triste, pois amanhã pode ser comigo. Aparte concedido ao Senhor Deputado George Melo – Deputado Ivo Som, eu quero elogiar a sua conduta, Vossa Excelência está tratando de um assunto aqui que, se fosse outro Deputado, já teriam uma reunião interna para cortar cabeça. Eu ouvi isso. Mas, nós somos mortais. Eu vejo isso com muita tristeza, porque não é de hoje que acontece e essa ação vai continuar. Mas não é a primeira vez que isso acontece comigo. A minha história política tem sido assim. Mas, graças a Deus, em Roraima também tem eleição de dois em dois anos. Ninguém é besta. Ninguém chuta cachorro morto. Então, é por isso que tenho ainda mais vontade de trabalhar para representar as pessoas que acreditam em mim. Eu fico muito desapontado com esse tipo de ação. Mas, a gente vive num país democrático, as redes sociais ainda não têm um parâmetro de ataque. A coisa é covarde. Então, eu não posso fazer nada. Tem gente que não entra na justiça, eu entro. Infelizmente, essas pessoas normalmente não têm endereço certo. É por isso que fazem isso e conseguem conviver com esse tipo de ação. Então, eu queria deixar registrada a minha insatisfação e parabenizar sua iniciativa.

O Senhor Deputado Ivo Som continua. - Então, eu vou repetir e que fique gravado nesta Casa. Se querem falar de mim. Se querem me atacar, ataquem, mas não a minha família. Eu vou tomar as providências, pois sou um ser humano e mereço respeito. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael – Senhoras e Senhores do Plenário bom-dia. Bom-dia à imprensa e um bom-dia a todos. Hoje eu faço um apelo em relação ao esporte. Um apelo especialmente ao Poder Judiciário, ao Tribunal de Justiça, na pessoa da desembargadora Tânia Vasconcelos. Não a conheço pessoalmente, mas sei do seu caráter e seu compromisso, até por ser a primeira roraimense a presidir o Tribunal de Justiça. Contudo, sem deixar de ser direcionado também

à classe política, ao Poder Legislativo e aos Poderes Executivos, tanto na esfera municipal, como estadual. Mande essa mesma cobrança relativa ao esporte ao vereador e colega de partido Edvaldo do Santa Teresa, à prefeita Teresa Surita, e ao Estado, ao qual vai através da bancada de situação.

Eu começo o meu discurso fazendo uma pergunta: como anda o apoio do Poder Executivo ao esporte roraimense? E aí eu falo não só do Governo, para não dizerem que estou atacando o Governo, falo também da Prefeitura. E me atrevo a responder essa pergunta. O apoio vem com o Ginásio Totozão, onde um dia desses para ter um evento lá, um campeonato de jiu jitsu, a própria federação, através de seus membros, de maneira voluntária, foi quem teve que tirar as fezes de pombos para poder realizar o evento. Inclusive, tendo que pagar eletricitista para colocar iluminação. O Complexo poliesportivo, que muita gente chama de Praça Ayrton Senna, que eu mesmo quando era criança brinquei naquelas quadras de vôlei. É isso que o Poder Municipal também está oferecendo. O não funcionamento da Vila Olímpica. O município está oferecendo isso. Os Parques aquáticos, onde eu mesmo fui um dos beneficiados, eu fazia natação durante a semana lá no Caçari. Tinha também natação no estádio Canarinho. Tinha a piscina do Canarinho e a piscina do Totozão. Inclusive a piscina olímpica que não funciona, é essa que o governo está oferecendo. E aí nós tínhamos a APABV, quem é de Roraima sabe disso. Também já nadei por lá. Existem alguns projetos que estão completamente abandonados. Imaginem os Parques Aquáticos do interior! A maioria dos Deputados aqui fazem visitas às suas bases e sabem que eles estão servindo para a proliferação do mosquito da dengue, porque o abandono é total. É isso que o poder público está oferecendo ao esporte. Mas voltando ao foco, quando diz que é direcionado ao Poder Judiciário e Tribunal de Justiça, eu venho apenas fazer coro com os atletas da Associação Trindade de Jiu jitsu e artes marciais que esta Casa, em 2012, declarou de utilidade pública. E juntamente com o meu pedido, eu queria que a nossa Comissão de Saúde e Educação, cujo presidente é Deputado Joaquim, encaminhassem, juntamente com o ofício dessa associação, pedido ao Tribunal de Justiça cobrar dos magistrados a eficácia da Resolução nº 154, do Conselho Nacional de Justiça, que destina os valores de penas pecuniárias que a população talvez não entenda bem, isso. É quando um crime não é tão ofensivo, há um acordo, há uma transação penal. E esses valores sejam revertidos para essas associações, cujos membros já são guerreiros não só no ringue, não, eles são persistentes em continuar esse esporte sem o apoio do Poder Público, e muito pequeno também por parte da classe empresarial.

Então, hoje, faço este pedido. Eu tenho certeza, Deputado Joaquim, que este poder, que é tão parceiro do Poder Judiciário não vai encontrar dificuldades, para reforçar o pedido dos atletas. Essa é a razão do meu discurso. E eu quero justificar que eu estou fazendo coro com eles, porque eu conheci a realidade deles. Eu conheci a realidade da Academia do Pedrão, localizada no Beiral, que eles estavam treinando sem o teto. E ali tem crianças, mas existem políticos que só dão apoio aos atletas com 16 anos a cima. A maioria lá é criança. Aproveito para mandar um abraço para o Pedrão, um guerreiro por estar tocando aquela academia lá, de maneira voluntária, às vezes, tira até do próprio bolso para poder manter o projeto. Em Alto Alegre a academia estava fechada porque não tinha o dinheiro do aluguel do prédio. Em Caracará, da mesma maneira. Então, esse apoio é mínimo. Eu acho que a Assembleia pode fazer isso, e nós vamos apoiar esses atletas e dizer que a falta de compromisso por parte do Poder Público é tanto com esses atletas, mesmo assim, temos competidores em nível mundial, como o Diego Borges, que é da Associação Trindade; o Lucas Daniel, que é da Academia Extremo Norte. O Fabiano Pereira, o Maciel Trindade e o André Jacarezinho, que já foram embora daqui representar outro estado por essa falta de compromisso. E existe lutador aqui que recebe proposta da prefeitura de Manaus para ter uma bolsa atleta para representar aquele Estado. Portanto, essas pessoas estão tentadas a ir embora.

Então, eu acho que o Poder Judiciário não vai se recusar a cumprir a lei. A nossa Comissão vai desenvolver apenas o papel, nós não estamos fazendo favor a ninguém, e tenho certeza que vamos ser atendidos. Muito obrigado a todos e bom-dia.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores presentes em nosso plenário, o primeiro assunto que eu trago para esta Casa é uma notícia boa para o nosso estado. Quando nós parlamentares, tão criticados em nível de Brasil, muitas vezes com razão pela opinião pública, por desconhecer, principalmente a forma como funciona o sistema democrático brasileiro. Sendo ele republicano, com forte

presença do estado na economia e perante os outros poderes. Esse primeiro assunto é um convite para participar de um debate na Universidade Federal de Buenos Aires, e ao encerrar o debate, irei receber um a homenagem de todas as faculdades que compõem o MERCOSUL, ou seja, do Paraguai, Argentina, Venezuela, Brasil. Dois brasileiros foram escolhidos para participarem do evento, eu e o Senador Paulo Paim. Essa reunião será no dia 22 na Universidade Federal de Buenos Aires. Por que essa escolha? Pela luta incessante de resolver o problema dos nossos professores que estudaram no Paraguai, que foram fazer Mestrado na Espanha e em Portugal, pois estes Países têm acordo cultural com o Brasil e principalmente com o MERCOSUL. Nós aprovamos essa lei no nosso Estado, há um projeto mais ou menos parecido, de autoria do Senador Paim. Então, em virtude disso, quem está presidindo essa área em nível de MERCOSUL é o reitor da Universidade Federal de Buenos Aires.

O segundo tema é sobre o povo que está nas ruas que já falei outras vezes aqui. Qual é o Poder mais criticado? O Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas. Por que não se fala no Poder Executivo, Deputada Aurelina? Porque as grandes empresas brasileiras vinculadas ao Governo Federal é quem são as maiores patrocinadoras das grandes redes nacionais de televisão, rádio e jornal. A Rede Globo não vai bater no Executivo com o contrato que ela tem com a Petrobras, Correios, Eletrobras e vários outros órgãos do Governo Federal. Assim, como a Bandeirantes e a Record que têm até membro da igreja que faz parte do Ministério do Governo Federal, e os outros Poderes também não são criticados. Só é criticado o Poder que não tem mídia, não tem recursos para bancar a grande mídia nacional.

O problema da segurança pública no Brasil não está no Parlamento, nós não temos como aumentar despesas porque a lei não permite, e quem tem que mandar os projetos para que o Congresso Nacional ou as Assembleias Legislativas passem a discutir é o Executivo. Quem tem que mandar o projeto sobre a reforma educacional nacional é o Executivo. Algumas matérias que foram tiradas da grade curricular porque eram da época da ditadura, nos ensinavam a ter respeito com o professor, nos ensinavam a importância da família, o que era o direito do cidadão, era a disciplina OSPB que tratava dessa parte.

O problema da mobilidade urbana que antigamente chamávamos de transporte urbano, e agora mudaram para mobilidade urbana, não é um problema do legislativo, é a falta de investimento do Governo na infraestrutura do País, no transporte ferroviário, fluvial e urbano.

Concedo um aparte do Deputado George Melo. A p a r t e concedido ao Senhor Deputado George Melo – Deputado, eu estou acompanhando atentamente suas colocações. Eu lembro que alguns anos atrás, havia uma profunda preocupação da escola com tudo isso que Vossa Excelência falou, com a família e com a Pátria. Pois, qualquer criança de 10 anos sabia cantar o Hino Nacional, tinha amor à Pátria. Hoje, o novo modelo político de achar que as crianças têm que aprender a cantar o hino do PT não está certo, eu acho que o Brasil é feito com a Bandeira Nacional, e isso tem nos criado enormes dificuldades, porque hoje vemos constantemente professores serem desrespeitados em sala de aula. Isso passou a ser uma tônica na escola nacional, enquanto a preocupação com a família está se perdendo. Eu acho que temos que resgatar aqueles valores antigos tão fortes na formação do nosso povo, e é tão importante quanto a física e a matemática. Hoje, se fala em muitas profissões, mas não se fala em engenharia que está perdendo a sua devida importância, não por falta de mercado, mas porque os nossos jovens não sabem matemática e física. Esse novo modelo de educação só dá importância para a formação humana e está esquecendo as ciências exatas que são tão importantes também para o desenvolvimento da nossa sociedade.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua – Muito obrigado, Deputado George. O Deputado Flamarion tem mais ou menos a minha idade e sabe que a Organização Moral e Cívica era matéria obrigatória, isso influenciou muito na nossa formação.

Quando falo em Executivo, não estou falando no Governo atual, estou falando do Estado brasileiro, pois é uma política que já vem no Neoliberalismo há mais de 16 anos. Se eu perguntar a todos os Senhores o que vocês mais precisam, se é a reforma política ou uma saúde de melhor qualidade para o povo, é evidente que a grande maioria vai dizer que precisa de uma melhor saúde, pelos impostos que nós pagamos e que o Estado brasileiro não devolve em benefícios sociais. Não é diferente na área de educação, pois quando eu critico o ENEM que foi feito para beneficiar a elite dos Estados mais ricos e não os Estados mais pobres, é porque eu não posso comparar o ensino do meu Estado de Roraima que tem menos de 120 doutores como a cidade de

São Paulo, e Campinas que tem a metade da população de Manaus, mas tem mais de 1.200 doutores. E mais, com dois milhões de habitantes e não tem 200 doutores. Como é que vamos ser tratados nesses iguais neste País. Se aquilo que o estado oferece aos seus filhos são tratamentos desiguais, de acordo com a região do país. E, aí, o que a grande imprensa nacional faz? continua denegando o parlamento brasileiro, mas não dá o foco, apresenta Dilma, que vem agora para grande mídia nacional falar sobre a reforma políticas. Não sou contra a reforma política, mas a prioridade é reforma da saúde. O povo foi às ruas com os temas fundamentais; transporte urbano, saúde e educação, e o último é a segurança pública do país, que envolve a segurança do cidadão, tráfico de drogas, envolvimento de crianças no crime de modo geral, são essas repostas que o povo brasileiro precisa, que o governo dê à sociedade, senão o povo brasileiro vai voltar às ruas e cobrar uma posição mais firme do executivo.

A Senhora Presidente Aurelina Medeiros – Não havendo mais nenhum orador, passamos para Ordem do Dia. Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei 028/13 que, “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014, de autoria do Poder Executivo.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões em conjunto possam analisar e dar parecer ao referido Projeto.

Reaberta a Sessão.

A Senhora Presidente Aurelina Medeiros – Dou por aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Parecer da Comissão de Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 028/13. O Senhor Primeiro Secretário Deputado Jalser Renier – Senhora Presidente, se a senhora me permite, solicito a leitura apenas do voto, uma vez que o Relatório Final já foi lido em Plenário e discutido na Comissão que integralmente se faz presente em Plenário, por esta razão requiro verbalmente a Vossa Excelência que faça somente a leitura do voto. A Senhora Presidente Deputada Aurelina Medeiros – Acatado o requerimento do Deputado Jalser Renier.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede uma Questão de Ordem – Senhora Presidente, no momento oportuno quero fazer uma Emenda de Plenário.

A Senhora Deputada Presidente Aurelina Medeiros – O momento da Emenda é durante a discussão. O Senhor Primeiro Secretário Deputado Jalser Renier – (Lido o voto e o Relatório Final do Projeto de Lei nº 028/13).

A Senhora Deputada Presidente Aurelina Medeiros – Em discussão o Projeto de Lei nº 028/13)

A Senhora Deputada Presidente Aurelina Medeiros – Temos uma Emenda de Plenário, assinada por alguns parlamentares que trata a uma Emenda Aditiva, artigo 46 com a seguinte redação: “Havendo excesso de arrecadação, como tem sido comprovado nos últimos anos, o governo do Estado tem subestimado o orçamento e, acompanhando os recursos orçamentários do Governo, percebemos que há excesso de arrecadação, principalmente vindo de arrecadação própria, ICMS, IPVA e também do FPE. E esse excesso de arrecadação nos últimos anos, Senhor Presidente, mesmo sendo matéria pacificada pelo STJ, mesmo tendo previsão na Constituição, e o excesso de arrecadação teria que ser compartilhado proporcionalmente aos demais poderes, Senhoras e Senhores Deputados. Só este ano o governo já teve excesso de arrecadação em torno de 600 milhões de reais, nós sabemos como está sendo gasto esse dinheiro, e que os demais poderes também não têm lançado mão desses excessos de arrecadação. Agora tem um dispositivo na LDO, na LOA, se a previsão de receita for menor do que for aprovado, esse valor será compartilhado aos demais poderes, ou seja, no momento ruim, o Governo do Estado tem como lançar mão e dizer que não estão passando o duodécimo dos poderes, porque a receita prevista não foi realizada como estava aprovada em Lei. Agora, quando tem excesso de arrecadação, ele fica com o bolo sozinho. É claro que essa Emenda, retirando as transferências constitucionais, 25% da educação, 12% da saúde, as transferências municipais, estou falando do bolo líquido. É uma Emenda que estamos apresentando à seguinte questão: que o excesso de arrecadação seja compartilhado entre os demais poderes, se o poder não precisar, ele abre mão, mas se tiver interesse, requer do governo proporcionalmente aquilo que lhe pertence. Essa é a nossa Emenda. A outra Emenda, nós estamos colocando que o governo do Estado que na LOA conterà até 20% de abertura de créditos suplementares, ou seja, damos a liberdade para o Governo, nós estamos pedindo, até porque não sabemos o cenário político de 2014, em vez de “conterà”, por “poderá conter”. Então, vamos discutir em 2014 se vamos dar os 15%, 20%.

O Senhor Deputado Presidente Chicão da Silveira – Continua em discussão.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – As duas Emendas, apresentadas pelo Deputado Soldado Sampaio, acabaram de ser discutidas na Comissão, embora não tenham sido oficialmente apresentadas, porque já havia encerrado o prazo de apresentar Emenda na Comissão, ele ficou de apresentar na Mesa, mas foi dito sobre os dois casos nas duas Emendas que são matérias normalmente tratadas na LOA, e não na LDO. O caso do excesso de arrecadação já é previsto em lei e na Constituição Federal se é conveniente ou não para o Governo e poderes, cobrar, porque quando cai a arrecadação, os poderes também perdem, além disso são duas matérias tradicionalmente, ilegalmente discutidas por esta Casa por ocasião da Lei Orçamentária Anual, e não na LDO, que trata apenas de diretrizes orçamentárias.

O Senhor Deputado George Melo – Senhor Presidente, Senhores Deputados, quanto à questão de excesso de arrecadação, entendo que se esse dinheiro fosse destinado para a saúde ou infraestrutura do homem do campo, tudo bem. Agora, dividir entre os poderes eu não acho razoável. Gostaria de deixar registrado o meu voto contra, porque entendo que o TJ, TCE e Assembleia já é suficiente, acho que o nosso Estado tem outros gargalos e precisa desse investimento, por isso quero deixar registrada a minha contestação, porque entendo que o excesso de arrecadação deve ser colocado dentro da máquina do Estado. O nosso Estado precisa de infraestrutura para produzir, além de sermos o Estado mais pobre da federação, nós precisamos de infraestrutura. O Senhor Deputado Presidente Chicão da Silveira – Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir, passamos para votação que será nominal. Votando “sim” os Senhores Deputados aprovam a Emenda e votando “não” os Senhores Deputados rejeitam a Emenda.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados para votação. O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede Questão de Ordem. Senhor Presidente, eu posso deixar mais claro qual é o intuito da Emenda.

Nós estamos colocando a Emenda no artigo 52, onde diz: “a lei orçamentária anual, LOA - contera autorização para abertura de crédito suplementar. Inciso I, no limite de 20%” nós vamos decidir na LOA se permanecem os 20% ou não. Essa é a preocupação. Nós não estamos querendo dizer que vamos engessar o Governo, estamos querendo discutir que a LOA é em um outro momento que vamos ter mais clareza da expectativa de receita. A outra Emenda, Deputado George, é um direito dos demais poderes terem excesso de arrecadação, se os poderes já estão contemplados no seu orçamento, beleza! abre mão, será que o Tribunal de Justiça hoje não precisa mais de recursos para levar justiça ao interior do Estado? Agora, excesso de arrecadação que está ficando no executivo, está sendo direcionado para a saúde e educação, talvez não, nós não sabemos. O Senhor Deputado Presidente Chicão da Silveira – Em votação. A votação das duas Emendas serão em bloco.

O Senhor Primeiro Secretário Jalsen Renier – procede à chamada.

O Senhor Deputado Presidente Chicão da Silveira – Dou por rejeitadas as Emendas com 14 votos não e 04 sim.

Coloco em votação o Projeto de Lei 028/13 com suas Emendas. Solicito a abertura do painel para votação.

Votando “sim” os Senhores Deputados aprovam o projeto de Lei, e votando “não” rejeitam a matéria. Dou por aprovado com 16 votos sim, 03 não e nenhuma abstenção. Não havendo mais matéria para Ordem do Dia, passamos para Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Ivo Som – Senhor Presidente, em nome da Maria Ferraz, quero agradecer a todo povo do MST que, hoje está com pouco mais dignidade. Ontem fomos ao Bairro Senador Hélio Campos, juntos, Deputada Aurelina, Primeira Dama Sheridan, Governador, Caixa Econômica, CAER, CER, participamos do ato da ligação da energia elétrica e água para o povo desse bairro. Os moradores do Bairro Augusto Mariano estão aguardando as casas que serão entregues pela Caixa Econômica.

Quero convidar os demais parlamentares para participar do cadastramento, no Sul do Estado, das crianças para receber o leite do “Projeto Cuidar”. Amanhã vai ser o lançamento oficial em Rorainópolis. O Senhor Deputado Remídio Monai – Senhor Presidente, em Explicações Pessoais, quero aproveitar as minhas férias para fazer uma viagem à BR 319 nos trechos de Manaus/Porto Velho, com a assessoria de imprensa da Casa, vamos verificar as condições dessa estrada, e, então, juntos com os nossos Deputados Federais e

Senadores podemos fazer um movimento junto ao Governo Federal, visando a conclusão da referida estrada, bem como, asfaltada. Vejo um grande interesse do Estado de Roraima que ela seja concluída. Partiremos amanhã com essa missão, pretendendo chegar à Porto Velho/Rondônia, se Deus quiser chegaremos lá. O Senhor Deputado George Melo – Quero parabenizar o Corpo de Bombeiros pelos serviços prestados à nossa gente no dia de seu aniversário, destacando a importância desta instituição que tem nos dado segurança na chuva, na seca. Portanto, a esses pais de famílias que prestam serviços no Corpo de Bombeiros, deixo o meu carinho e respeito, categoria comandada pelo Leocádio que tem todo meu apreço, a congratulação vai ficar registrada nos anais desta Casa. O Senhor Deputado Célio Wanderley – Senhor Presidente, quero registrar, com tristeza, o falecimento da funcionária desta Casa, onde atuou desde do início de sua instalação, Francinete que vinha lutando contra o câncer.

O Senhor Deputado Presidente Chicão da Silveira - A Mesa Diretora registra seu sincero pesar a todos familiares pela perda dessa colaboradora da Assembleia Legislativa, Senhora Francinete Nascimento.

A composição da Comissão de Representação durante o período de recesso pelos Deputados Naldo, Ionilson, Célio, Erci de Moraes, Flamarion, Chicão da Silveira, Chico Guerra e Aurelina Medeiros.

Declaro o recesso parlamentar. Não havendo mais nada a tratar dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 01 de agosto à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picango, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Jalsen Renier, Jean Frank, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 01/08/2013

ATA DA 2222ª SESSÃO EM 01 DE AGOSTO DE 2013. 45º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª

LEGISLATURA ORDINÁRIA PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA. (Em Exercício)

Às nove horas do dia primeiro de agosto de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima vigésima nona Sessão Ordinária do quadragésimo quinto período legislativo da Sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário, Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente, há quorum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário, Deputado Naldo da Loteria - Lida a Ata.

O Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário, Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte.

RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:

Mensagem Governamental nº 040/2013, de 30/07/2013, comunicando o veto parcialmente ao Projeto de Lei nº 028/13, que “Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2014, e dá outras providências”.

Mensagem Governamental nº 036/2013, de 08/07/2013, comunicando que estará ausentando-se do País, no período de 10 a 18 de julho de 2013, em caráter particular, sem ônus para o Erário Estadual.

Mensagem Governamental nº 037/2013, de 08/07/2013, encaminhando para submeter à apreciação e à arguição o nome do senhor Antônio Leocádio Vasconcelos Filho, indicado para exercer o

cargo de Presidente do Instituto de Terras e Colonização de Roraima – ITERAMA. Mensagem Governamental nº 035/2013, de 02/07/2013, comunicando a nomeação, interinamente, do Dr. Rodolfo Pereira, para exercer o honroso cargo de Diretor-Presidente da Agência de Defesa Agropecuária de Roraima- ADERR. Mensagem Governamental nº 038/2013, de 17/07/2013, referente à Mensagem Governamental nº036, de 08/07/2013, para comunicar que a ausência do País, do Governador de Roraima, em viagem de caráter particular, sem ônus para o Erário Estadual, estender-se-á, até o dia 20/07/2013.

Mensagem Governamental nº 039/2013, de 24/07/2013, comunicando que estará se ausentando do País nos dias 24 (a partir das 18h) e 25/07/2013, em viagem de caráter oficial, a convite do Governador do Estado Bolívar, senhor Francisco José Rangel Gomez, para participar da XXXVIII Reunión Ordinaria de Coordinadores y Alternos Del Foro Consultivo de Municipios, Estados Federados, Provincias y Departamentos del Mercur (FCCR), na cidade de Porto Ordaz, Estado Bolívar, Venezuela.

Ofício nº63/2013, de 24/07/2013, do Gabinete do Governador, solicitando a retirada da Mensagem Governamental nº37, de 08/07/2013, que submete à apreciação desta Casa Legislativa o nome do senhor Antonio Leocádio Vasconcelos Filho para exerce o cargo de Presidente do Instituto de Terras e Colonização de Roraima – ITERAIMA.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Memo nº 0025/2013, de 04/07/2013, do Centro Humanitário de Apoio à Mulher – CHAME, encaminhando o balanço das atividades do 1º semestre de 2013.

Requerimento nº 002/13, de 01/07/2013, da Comissão Especial Externa, criada através da Resolução nº007/13, alterada pela Resolução nº 015/13, requerendo a prorrogação de prazo por igual período desta Comissão Especial.

Projeto de Decreto Legislativo s/n /2013, de 31/07/2013, do Deputado Coronel Chagas, que concede a comenda Orgulho de Roraima ao 6º Batalhão de Engenharia de Construção- 6º BEC, e dá outras providências.

RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS:

Ofício Circular nº 026/2013, de 19/07/2013, do Tribunal de Contas de Roraima, comunicando a inabilitação pelo prazo de 05 anos para o exercício de cargos em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, do gestor Zacarias Assunção Ribeiro Araújo.

DIVERSOS:

Ofício nº 0444/2013, de 18/07/2013, da Procuradoria Geral do Estado, informando o êxito na Defesa do Estado de Roraima, em especial desta Casa Legislativa, no bojo da Ação Civil Pública de nº010. 2010. 908.085-2.

Ofício Circular nº 007-2013/2015, de 18/07/2013, da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil – CMSB, encaminhando o documento denominado “Posicionamento da Maçonaria Perante o Povo Brasileiro”.

Ofício nº 09/2013, de 03/07/2013, da Seção Sindical de Docentes da Universidade Estadual de Roraima – ANDES-SN, considerando a falta de resposta objetiva aos documentos encaminhados pela SINDUERR, referentes à solicitação de revisão.

Ofício nº 318/2013, de 12/07/2013, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Roraima, convidando para a solenidade de abertura do 6º Congresso Estadual de Profissionais do CREA-RR, a realizar-se nos dias 17 e 18 de julho de 2013, no Auditório Aipana Plaza.

Ofício nº 553/2013, de 17/07/2013, da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, informando celebrações de convênios.

Ofício nº 36/2013, de 27/07/2013, do Tribunal de Justiça, agradecendo o convite para participar do 3º Encontro Nacional de Presidentes de Comissões Legislativas Estaduais, Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos dias 15 e 16 de agosto.

Ofício nº 048/2013, de 27/06/2013, da Câmara dos Deputados, informando que o Deputado Lincoln Portela, foi eleito para presidir a Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados – CLP.

Comunicado nº AL102839/2013, de 21/06/2013, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros.

Ofício nº538/2013, de 02/07/2013, da Caixa Econômica Federal, informando a celebração de contrato de Repasse.

Ofício nº537/2013, de 02/07/2013, da Caixa Econômica Federal, informando a celebração de contrato de Repasse.

Ofício nº533/2013, de 28/06/2013, da Caixa Econômica

Federal, informando a liberação de recursos financeiros.

Ofício nº561/2013, de 15/07/2013, da Caixa Econômica Federal, informando a liberação de recursos financeiros.

Ofício nº566/2013, de 19/07/2013, da Caixa Econômica Federal, informando o crédito de recursos financeiros sob bloqueio.

Ofício nº555/2013, de 11/07/2013, da Caixa Econômica Federal, informando o crédito de recursos financeiros sob bloqueio.

Ofício nº532/2013, de 26/06/2013, da Caixa Econômica Federal, informando o crédito de recursos financeiros sob bloqueio.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente. O Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente. O Senhor Primeiro Secretário, Deputado Coronel Chagas – Procedida à chamada.

O Senhor Deputado Ivo Som – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero agradecer a Deus, que é o maior arquiteto do universo, criador de todas as coisas, e a seu filho onipotente Jesus Cristo; aos meus familiares, a minha mãe, a minha esposa, meus irmãos, amigos, amigas, a esta Casa, em nome do Presidente, estender um abraço a todos os Deputados estaduais; e em nome do meu amigo, miúdo, saudar toda as pessoas presentes em Plenário. Quero agradecer a todos os funcionários desta Casa, do mais humilde até a Presidência, a este corpo de trabalhadores, pois se não fossem eles, jamais teríamos o bom funcionamento deste Poder para chegarmos até aqui. Quero agradecer também ao meu grande parceiro, o Secretário de Educação Municipal Rodrigo Jucá, pela confiança, para que eu pudesse retornar a esta Casa, pois, como sempre tenho feito, sou grato às pessoas e, em seu nome, quero saudar toda a sua família.

Deputado Erci de Moraes, quero aqui me dirigir a Vossa Excelência dizendo que foi protocolado na Assembleia Legislativa um documento, dando continuidade àquele ofício que pede o voto aberto, o qual foi assinado pela maioria dos Parlamentares desta Casa. Todavia, alguns Deputados me pediram que fosse mais aprofundado e fui em busca de mais conhecimento. E, estão aqui todas as proposições, todas as emendas de todos os lugares do País onde se legitimou o voto aberto, acabando de vez com o voto secreto. Vou ler um pouco da justificativa e da PEC, pois estive no Estado do Amazonas, com o Presidente Josué Filho, e conversei com quase todos os Parlamentares daquele Estado, bem como com o Presidente que disse: “Por unanimidade, o voto secreto foi extinto da Assembleia Legislativa do Amazonas pelos próprios Deputados no mês passado, em Sessão extraordinária”. E o Presidente Josué Filho disse: “Era uma ansiedade da população”. E, a população está há mais de quinze dias acampada na ALE do Amazonas, devido às reivindicações que ocorreram no Estado, sendo que dois itens atacam o Legislativo. O primeiro, diz respeito à retirada do auxílio paletó dos Deputados, o segundo, exige o voto aberto. São palavras, Deputado, do Presidente da Assembleia de Manaus. E, o voto aberto era também uma reivindicação da maioria dos Deputados, haja vista que, a partir do dia primeiro de agosto, assim que reiniciarem os trabalhos, estará extinto o voto secreto naquela Casa, palavras dos Deputados Fraxe, Francisco, Preto, dentre outros. Em Minas Gerais, a Assembleia Legislativa foi um dos maiores alvos das manifestações no mês de junho. Dos cinquenta e um Deputados, quarenta e oito votaram a favor da extinção do voto secreto e a Lei já foi aprovada e sancionada pela Mesa Diretora. O Jornal o “Correio Brasiliense”, noticiou que o Senado Federal estuda o fim do voto secreto e pede que esta decisão seja votada na primeira semana do mês de agosto. Na Câmara dos Deputados, também estão pedindo o fim do voto secreto, bem como na Câmara Federal, e sigam o exemplo de outras Câmaras brasileiras. Em Fortaleza, também estudam a retomada de discussão, do fim do voto secreto. Isso, Senhor Presidente, mostra que não só a Assembleia Legislativa de Minas, do Amazonas, de Brasília e do Ceará estão pedindo o fim do voto secreto, somam-se já oito Estados da Federação Brasileira que já têm o voto aberto, extinguindo-se o voto secreto em qualquer instância, inclusive, algumas delas até para a escolha do Presidente das Câmaras. Isso mostra que estamos no caminho certo. Alguns Deputados aqui, como o Deputado Sampaio e o Deputado Ionilson, nos pediram naquele momento, no dia vinte de junho, que nos aprofundássemos e buscássemos conhecimento, para acabarmos com o voto secreto também nesta Casa. Então, Senhor Presidente, pela forma que conduz este Poder, de acordo com toda e qualquer posição que Vossa Excelência toma, não tenho dúvida de que o meu Projeto, esta PEC que dei entrada hoje na Assembleia Legislativa, protocolada e registrada nos Anais desta Casa, e em todas as proposições coloquei todos os Estados que já extinguiram o voto secreto, os modelos, a PEC, a votação nos oito Estados, onde a PEC foi aprovada por unanimidade, segundo matéria

publicada na Folha de São Paulo, com base nas manifestações e nos anseios do povo de Roraima, será aprovada e extinguiremos o voto secreto. Acho que nesta Casa nós não teremos dificuldades, que não vai haver empecilho, porque aquele que recebe o voto do povo, recebe um mandato outorgado de quatro anos, uma procuração em branco da sociedade, que confia nos seus Parlamentares, e que tem o direito de saber quando o Deputado vota sim, ou não, em qualquer projeto, indicação ou em qualquer proposição que seja. Eu falei isso pessoalmente ao Josué, do Amazonas, em Brasília, ao Pedro Paim, que é o autor da PEC de mudança do voto secreto no Senado, sendo que há dois anos vem se arrastando esta PEC no Senado Federal. Ele disse que pediu apoio popular, pois precisaria de um milhão de assinaturas e que já tem mais de um milhão. Ele lembrou da questão da renovação da ficha limpa para os parlamentares, saiu na frente, preocupado, para que não fosse a sociedade pedir, como foi feito em um anseio popular sobre a ficha limpa no Brasil. Não tenho dúvidas de que a próxima matéria que a Folha de São Paulo vai divulgar será nove Assembleias que já extinguíram o voto secreto, porque a Assembleia de Roraima será a próxima a tomar tal decisão.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Bom-dia a todos os Deputados, quero desejar a esta Casa que possamos fazer um bom debate, produtivo em benefício da sociedade. Temos que aprovar a resolução do Deputado Mecias, criando a tribuna popular. Vamos democratizar, chamar o povo, ouvir a sociedade. Com o voto aberto, somando-se à tribuna popular, esta Casa estará em grande avanço. Por outro lado, preocupa-me não o discurso, mas a prática. Temos percebido que o voto secreto tem sido uma moeda de troca, uma ferramenta principalmente usada nesta Casa. Isso tem sido claro porque a oposição tem assumido os seus votos, o toma lá da cá. Deputado A, Deputado B, bloco A, bloco C está insatisfeito com o governo e vota contra uma indicação, um projeto do governo através do voto secreto. Essa tem sido única e exclusivamente, o instrumento dado pelo voto secreto. O voto secreto, quando foi criado, tinha um outro objetivo, polpar o Deputado, mas hoje, está servindo de pombo-correio para levar recado. Será que esta Casa está preparada para o voto aberto? Temos isto tramitar aqui, projetos extremamente prejudiciais à sociedade e, muitas vezes, os Deputados da base apoiam. Eu entendo diferente, esse cheque não é dado em branco, pelo menos não para mim. Quando fui eleito, eu firmei um compromisso nas reuniões, nos comícios, nas visitas que eu fiz nas casas de cada eleitor sobre o que eu vinha propor nesta Casa. Mesmo que não fosse um compromisso registrado em cartório, tinha dado minha palavra ao eleitor e tenho procurado atender esse compromisso. Como atuam os nossos colegas Parlamentares? Muitos, nesta Casa, já rejeitaram indicação do governo não pelo mérito, mas simplesmente para dar um recado ao governo, e a prova é tal que o governo, hoje, fez um novo arranjo, tirou o Rodolfo e o colocou na FEMAR e, parece que já houve um entendimento, a base já deu seu recado e está satisfeita. Vai ficar muito complicado, Deputado Ivo Som, aqui no voto aberto, amanhã ou depois, o Senhor Rodolfo que ficou sem as condições devidas para assumir a ADERR, assumir agora a FEMAR, ou será que a base se entendeu, aí nesse momento não vai ter mais voto secreto? Eu acho que, secreto ou não, o que falta é olharmos para trás em cima daquilo que andamos fazendo nas campanhas, nas urnas e, com isso, honrar nosso papel de Parlamentar. Então, para fortalecermos a democracia, sem medo de encarar as nossas obrigações e deveres, nós votamos pelo voto secreto. Por isso peço o apoio de Vossa Excelência e dos demais Deputados para apoiar a Tribuna Popular o quanto antes.

O Senhor Deputado Ivo Som Continua. Obrigada, Deputado Soldado Sampaio pelo seu aparte.

O Segundo ponto seria Projeto Tribuna Popular do Deputado Mecias, e quanto aos nomes de Deputados Governistas, no meu raciocínio, Deputado não tem que se curvar nem ficar à mercê do Governador, ou qualquer que seja o Governador, porque quem lhe dá o Poder é o povo. Vão dizer que o Deputado Ivo Som ficou doido e não sabe o que diz, mas entendo que daqui para frente eu tomo a minha posição. Em conversa com o Deputado Tchê, na UNALE, ele disse que nos mandatos dele, em todas as vezes foi outorgado pelo povo, e que ele não era lagartixa para rastejar atrás de qualquer governo, por isso o voto aberto tem que ser feito. No início da minha fala me reportei ao Deputado Erci pela experiência que ele tem, por ser uma pessoa que sempre aconselhou a todos nós. Agora há pouco, ouvimos o discurso de coragem do Presidente desta Casa, de coração, de um pai, um cidadão, pois não se curvou. Então, deixe qualquer um pensar que é do lado A ou lado B, porque foi uma posição de Vossa Excelência, e eu, como Deputado desta Casa, e acima de tudo cidadão brasileiro e

eleitor deste Estado, tenho que respeitar sua posição, podemos até discordar em pensamentos na hora da discussão, agora, atacar um colega por tomar uma decisão, isso é inadmissível, principalmente quando se trata de família. Então o voto aberto vem para engrandecer este Poder. É como o Deputado Gabriel Picanço falou, aqueles que não têm coragem de votar aberto por causa do benefício, da troca de favor, não se candidatem mais. Vossa Excelência, Deputado Sampaio, disse que firmou compromisso com a sociedade, como todos aqui fizeram quando foram pedir voto. Nós temos compromisso e lealdade acima de tudo, e um diploma outorgado que nenhum Governador nos deu, quem nos deu foi a sociedade. Suplente ou não, estou como Deputado até hoje, não sei amanhã, porque o amanhã proverá a verdade, do amanhã só quem sabe é Deus. Vai virar bagunça a Tribuna Popular na Assembleia, Deputado, pois vai antecipar o sistema eleitoral político. Quando aprovar a PEC da Tribuna Popular, só vai quem vocês quiserem? Não. Esta Casa é unânime, tem primeiro o Tribuna Popular, Projeto que deu entrada nesta Casa pelo Deputado Mecias, e já está tramitando. Nós temos que ter coragem. Na Sessão da Assembleia Legislativa do Amazonas, que eu participei, fiquei feliz por ver todos os representantes de sindicatos da Polícia Militar discursando por 30 minutos, e os Deputados lá assistindo e até aplaudindo, às vezes. E por que não pode ser feito aqui? E, conseqüentemente, não tenho dúvidas que o Deputado George, o Deputado Xingu, o Deputado Ivo Som, a Deputada Aurelina e outros Deputados, mesmo sendo da base do Governo e sendo fiéis a esta base, procederão do mesmo jeito que vocês, que fazem oposição com responsabilidade. Nós também temos que ter coragem. Será que só oito Assembleias podem votar? Temos 26 Estados, mais o Distrito Federal. E por que nós não podemos seguir o exemplo? Eu não tenho dúvidas que essa será uma nova transformação. Esse vai ser um marco na presidência do Deputado Chico Guerra. Muitos falam que há um marco nesta presidência, mas o marco maior é trabalhar com dignidade e com responsabilidade, sem medo de falar o que quiser para a sociedade. Isso, o Presidente Chico Guerra faz. Muitos o veem quietinho, às vezes ele fala e ninguém entende nada, mas só quem entende o seu pensamento é ele e Deus. Eu garanto que no pensamento dele nunca passou um pinga de maldade. Se quisermos transformar a política, nós transformamos. Eu fiquei preocupado esses dias com o Presidente Guerra, até porque, antes de ser Deputado, eu sou amigo dele. Hoje, nós estamos Deputados. Eu fui Deputado de 2006 até 2010, assim como outros que passaram por aqui. Amanhã, posso não ser mais. Na eleição do ano que vem muitos dos que estão aqui podem ser eleitos, bem como muitos podem não ser. Eu fiquei revoltado ao ver um Juiz zangado nesta Casa, dizendo, até que ponto pode chegar uma Assembleia que foi reformada, porque os dois elevadores estavam quebrados. Ele disse que isso era uma vergonha! Eu entendo que o Presidente, às vezes, quer fazer tudo, mas nem sempre consegue, porque ele tem muitas responsabilidades.

Eu queria encerrar o meu discurso sem ser atacado por ninguém, pois o problema não é só meu. Ontem, nos corredores deste Poder, eu vi mais ou menos 15 a 19 funcionários, todos revoltados, dizendo que os Deputados não estão preocupados com eles. Eu tenho certeza que as providências estão sendo tomadas. Isso desgasta a pessoa do Deputado Chico Guerra, porque ele é o Presidente. Ninguém culpa o Ivo Som, ou qualquer Deputado, culpa o Presidente. E, eu fico ofendido porque sei que há alguém que, às vezes, torce para as coisas darem erradas, para que o Deputado Chico Guerra tenha que pagar a conta. E, isso não é justo. Certa vez esta Casa teve que suspender a Sessão, e jogaram a culpa no Presidente, que teve que provar que houve um problema técnico. Então, me dói quando eu vejo alguém dizer que o presidente não resolve porque não quer. Não é porque o Senhor não quer, não, Presidente, é que, às vezes, usa o bom senso para não prejudicar ninguém e acaba se prejudicando. O melhor amigo não é aquele que só dá um tapinha nas costas, mas aquele que fala na cara a verdade.

Eu quero agradecer, Senhor Presidente, e pedir para darmos mais seriedade a esta PEC do voto aberto. Eu não tenho dúvidas que o nono Estado a aprovar o voto aberto e a tribuna popular vai ser o Estado de Roraima. Estou feliz por estar representando a sociedade junto com vocês mais uma vez. Que Deus os ilumine. Um bom-dia a todos e até a próxima, se Deus quiser. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Erci de Moraes - Senhoras e Senhores Deputados, Presidente da Casa, funcionários, imprensa e esta seleta assistência que nos prestigia no dia de hoje. Estamos retomando os trabalhos parlamentares, saindo de um recesso, o qual, se dependesse de minha vontade, já teria sido extinto há muito tempo. Mas, como

quando se vive em um Parlamento, temos que respeitar a vontade dos colegas, entendi que não era o momento. Retirei a proposição que tinha, mas continuo entendendo que é preciso nos ajustarmos aos novos tempos. Quando entramos em recesso, o Brasil estava sendo sacudido pelas manifestações de rua, colocando em polvorosa a classe política. Desde a Presidente da República, passando pelo Congresso, o recado foi chegando e continua chegando. Nem mesmo a realização do grande evento que foi a Jornada Mundial da Juventude, com a presença do Papa Francisco, foi capaz de desviar a atenção da população no sentido de se posicionar e se manifestar. Então, eu queria apelar, seria o termo, aos colegas que fazemos, mais uma vez, o pedido que sempre temos feito aqui, uma reflexão sobre a nossa postura pessoal dentro deste Parlamento, na condição de representantes da sociedade. A voz do povo é a voz de Deus. Que cada um possa, tendo como foco a situação em que vivemos hoje, cumprir o seu papel, se voltando e se ocupando das grandes questões que afligem o nosso Estado. E que as questões pessoais e pontuais sejam deixadas de lado, pelo menos momentaneamente, porque quando encerramos o recesso, a situação interna deste Poder, na minha opinião, enfrentava problemas. Viver, não podemos fugir, meu Presidente, de um certo impasse entre o Poder executivo e o Poder Legislativo, e vice-versa. Não estamos conseguindo nos sintonizar de modo a atender os reclames da sociedade. E o caminho, no meu entendimento, é um só, bom senso e diálogo, muito diálogo. Nós teremos, nos próximos dias, certamente, que travar embates nesta Casa para tentar dar respostas ao que aí está sendo colocado. E, é nesse sentido que eu quero reiterar, mais uma vez, um apelo para que cada colega faça uma análise da sua conduta enquanto parlamentar nesta Casa, sobre como vem agindo, como deve agir, e conclua que nós fomos eleitos para representar a sociedade. Então, são os interesses dessa sociedade que devem prevalecer sobre os meus e sobre os de meus colegas. Os tempos são outros, e tentando fazer uma pequena analogia, o evento da Jornada Mundial da Juventude, com a participação do Papa Francisco, veio trazer um alento novo, não só aos seguidores da igreja católica, mas aos cristãos de um modo geral que, realmente, professam a fé. A juventude mostrou-se receptiva à presença do sumo pontífice que, com a sua simplicidade, conseguiu captar a confiança não só da juventude que o prestigiou, mas de toda a sociedade brasileira. E esse fato tem desdobramentos, com certeza. Não só desdobramentos na área estritamente religiosa, mas no que diz respeito à postura dos novos cidadãos que são jovens e os cidadãos brasileiros de um modo em geral. Então, meus amigos e minhas amigas, eu penso que nós temos ainda todos, cerca de um ano e meio de mandato e que, é preciso darmos o melhor de nossos esforços no sentido de fazermos com que esta Casa cumpra a sua parte. Cumpra, agindo de modo a fazer com que o nosso Estado de Roraima não venha a ser prejudicado com isso, porque se nós formos olhar mais internamente, quando eu me referi no início ao impasse, entendo que vivíamos e não sei se superamos ainda, entre os dois poderes, não é algo que diga respeito a coisa simples, o que está em jogo, na verdade, é o futuro econômico do nosso Estado. Se todos nós concordamos, se isso é de conhecimento público, que o Estado precisa exercer a sua vocação para fortalecer a sua economia, para gerar mais recursos, mais empregos, mais desenvolvimento, é preciso que a gente transija em alguns pontos de vista, às vezes pontuais e pessoais. Há quantos meses o processo de regularização de nossas terras está, por assim dizer, engessado, paralisado? Não quero aqui apontar culpados, porque talvez não seja um, sejam muitos e, passa por nós, enquanto parlamentares, dar a nossa contribuição nesse sentido.

Se existe dificuldades, arrestas, é no parlamento que se discute, que se chega a um entendimento, por mínimo que seja, por não permitirmos que as coisas aconteçam de forma que a sociedade seja penalizada por atos de nosso interesse pessoal.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ivo Som - Quero parabenizá-lo pelo homem que é, pelo conhecimento que tem, seja ele sobre a agricultura, a produção. O Senhor veio da EMBRAPA, foi vice-Governador, por várias vezes, Secretário. Deputado, essa sua preocupação é muito pertinente. Como Vossa Excelência fala, as causas pessoais podem ser tratadas de forma diferente. Se forem causas políticas, eu me incluo nelas, que sejam resolvidas sem atrapalhar o Estado, sem penalizar o pequeno, ou o grande produtor. Estava vendo uma entrevista na televisão sobre esse problema que o Senhor acabou de colocar. Está na mídia nacional: "Roraima, mais um gargalho. Agora, alguns políticos interferem na funcionalidade do Estado, atrapalhando a classe produtiva". Isso é ruim, porque quem perde não é o Secretário "a" ou "b", mas a população como um todo. Como bem disse o Senhor uma vez: "Deputado Ivo,

temos que acabar com as arrestas políticas, mas acima de tudo, cumprir com o nosso papel e atender o que for anseio da sociedade". E, é isso que temos feito aqui. Por isso que cito várias vezes o seu nome na tribuna, pela experiência que tem. Então junto-me a Vossa Excelência em tudo que possa ser feito, assino em branco, junto meu raciocínio ao seu, mostrando que Roraima está acima de qualquer picuinha política, de cargo, de intriga, de sentimento de revolta. Então, que tudo possa ser esquecido e possamos levar à frente a nossa contribuição. E, qualquer que seja o Secretário, que veja Roraima no caminho certo, no caminho do desenvolvimento, deixando Roraima crescer, fluir por meio da produção, que era o grande sonho do saudoso Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto.

Parabéns a Vossa Excelência pelo conhecimento que o Senhor tem, e por dizer que Roraima precisa trabalhar, continuar.

O Senhor Deputado Erci de Moraes continua. – Obrigado, Deputado, pelas suas colocações. Prossigendo, Senhor Presidente, entendo que nós devemos priorizar os projetos, as proposições, a agenda deste Poder e fazer debates e reuniões tantas quantos forem possíveis, até a exaustão, para tentarmos encaminhar de uma forma equilibrada e serena o processo de decisão desta Casa, mostrando à sociedade que somos capazes de entender os anseios dos nossos eleitores e do nosso povo.

Também quero dizer que esse é o último mandato que quero cumprir como Deputado, por entender que tudo na vida tem sucessão, e a idade cobra. É a vez da geração que está sucedendo, o momento é dos jovens e nós devemos mostrar que somos capazes de entender esse processo como decorrente da própria vida. Mas, enquanto aqui permanecer, quero continuar sendo bombeiro, tentando contribuir para que haja o entendimento dentro desta Casa entre situação e oposição, independentemente de grupamento que seja, para que possamos dar exemplo, como já tivemos a oportunidade de fazer isso tantas vezes, exemplos que mostram que somos capazes de redirecionar nossa posição e agir mais em benefício do coletivo. E, não nos enganemos, porque nem a passagem do Papa Francisco foi capaz de desviar a atenção da população. Repito, as manifestações continuarão a recrudescer, se as vozes das ruas não forem ouvidas. Aqui, no nosso Estado de Roraima, eu diria que as manifestações foram até tímidas. Em algumas, ainda não conseguiram se mobilizar convenientemente, mas não subestimemos a sociedade, ela se organiza a cada dia e se nós não atentarmos a isso, certamente seremos acionados e cobrados. Não vamos brincar com a sociedade.

Então, vamos fazer um esforço fora do comum para superar as divergências internas, os pontos de vista às vezes equivocados e vamos trabalhar pelo coletivo, por aquilo que interessa, dando exemplo que podemos ajudar a construir uma sociedade que nos orgulhe, para que nossos descendentes, nossos filhos, netos, enfim, se beneficiem dela. MUITÍSSIMO OBRIGADO.

O Senhor Presidente Chicão da Silveira – Não havendo mais nenhum Orador inscrito para o Grande Expediente, suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que a CCJ possa emitir parecer ao Projeto de Decreto Legislativo nº 017/13.

Reaberta a Sessão.

A Senhora Presidente Aurelina Medeiros – Dou por reaberta a Sessão. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 017/13, bem como do Parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro Secretário Coronel Chagas - Lido o Projeto de Decreto Legislativo e o Parecer da Comissão.

A Senhora Presidente Aurelina Medeiros – Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discutir a matéria, considerando que a matéria acabou de ser discutida na Comissão e teve a unanimidade dos votos, com a presença de 15 Deputados, a votação será simbólica. Os Deputados concordaram com o Projeto da comenda ao 6º BEC, conforme a unanimidade do pensamento de todos. Então, considerando que todos os Deputados acolheram o aviso de votação simbólica, dou por aprovado o presente projeto por unanimidade dos votos.

Não havendo mais matéria para Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo nenhum Deputado que queira usar o Expediente e, não havendo mais nada a tratar, encerro a presente Sessão.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ivo Som, Jânio Xingú, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 06/08/2013

**ATA DA 2223ª SESSÃO EM 06 DE AGOSTO DE 2013.
46º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA ORDINÁRIA
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.
(Em Exercício)**

Às nove horas do dia seis de agosto de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima vigésima terceira Sessão Ordinária do quadragésimo sexto período legislativo da Sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente, Coronel Chagas – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário, Chicão da Silveira – Senhor Presidente, há quorum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente, Chico Guerra – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário, Remídio Monai - Lida a Ata.

O Senhor Presidente, Coronel Chagas – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário, Chicão da Silveira – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

- Memorando nº 015/2013, de 02/08/13, do Deputado Remídio Monai Montessi, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 01/08/2013.

- Indicação s/n/2013, de 01/08/13, do Deputado Gabriel Picanço, sobre a recuperação da estrada que dá acesso à Comunidade do Taxi, Município de Pacaraima.

- Indicação s/n/13, de 01/08/13, do Deputado Gabriel Picanço, sobre a reforma da Escola Estadual Nossa Senhora da Glória, localizada na BR-174, comunidade da Boca da Mata, Município de Pacaraima.

- Proposta de Emenda à Constituição s/n/13, do Deputado Ivo de Sousa Pereira, que dispõe sobre o fim do voto secreto na Assembleia Legislativa de Roraima–ALE/RR.

EXTERNOS:

.Ofício nº 14/13, de 01/08/13, da Seção Sindical de Docentes da Universidade Estadual de Roraima–ANDES/SN, informando que a Universidade Estadual de Roraima–UERR entrará em greve devido ao não cumprimento das reivindicações impostas ao Governo do Estado.

.Requerimento s/n/13, de 02/07/13, da Agência de Desenvolvimento Sustentável Socioambiental, solicitando a concessão do Título de Utilidade Pública Estadual.

- Comunicado nº AL102916/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102917/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102918/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102919/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102920/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102921/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102889/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102890/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102891/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102892/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102893/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102894/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102895/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102896/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102897/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102898/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102899/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102900/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102901/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102902/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102903/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102904/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102905/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102906/2013, de 04/07/2013, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102907/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102908/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102909/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102910/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102911/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102912/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102913/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102914/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102915/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102866/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102867/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102868/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102869/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102870/2013, de 04/07/2013, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102871/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102872/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102873/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102874/2013, de 04/07/2013, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102875/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102876/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102877/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102878/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102879/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102880/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102881/2013, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102882/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102883/2013, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102884/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102885/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102886/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102887/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº AL102888/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recurso financeiro.

- Comunicado nº CAL000097/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, solicitando que seja desconsiderado o Comunicado nº 099654.

- Comunicado nº CAL000098/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, solicitando que seja desconsiderado o Comunicado nº 099655.

- Comunicado nº CAL000099/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, solicitando que seja desconsiderado o Comunicado nº 099658.

- Comunicado nº CAL000102/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, solicitando que seja desconsiderado o Comunicado nº 099659.

- Comunicado nº CAL000103/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, solicitando que seja desconsiderado o Comunicado nº 099660.

- Comunicado nº CAL000104/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, solicitando que seja desconsiderado o Comunicado nº 099661.

- Comunicado nº CAL000105/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, solicitando que seja desconsiderado o Comunicado nº 099662.

- Comunicado nº CAL000106/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, solicitando que seja desconsiderado o Comunicado nº 099663.

- Comunicado nº CAL000107/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, solicitando que seja desconsiderado o Comunicado nº 099664.

- Comunicado nº CAL000108/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, solicitando que seja desconsiderado o Comunicado nº 099665.

- Comunicado nº CAL000109/13, de 04/07/2013, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, solicitando que seja desconsiderado o Comunicado nº 099666.

- Comunicado nº CAL000110/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, solicitando que seja desconsiderado o Comunicado nº 099667.

- Comunicado nº CAL000111/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, solicitando que seja desconsiderado o Comunicado nº 099668.

- Comunicado nº CAL000112/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, solicitando que seja desconsiderado o Comunicado nº 099669.

- Comunicado nº CAL000113/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, solicitando que seja desconsiderado o Comunicado nº 099670.

- Comunicado nº CAL000114/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, solicitando que seja desconsiderado o Comunicado nº 099671.

- Comunicado nº CAL000115/2013, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, solicitando que seja desconsiderado o Comunicado nº 099672.

- Comunicado nº CAL000116/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, solicitando que seja desconsiderado o Comunicado nº 099673.

- Comunicado nº CAL000117/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, solicitando que seja desconsiderado o Comunicado nº 099674.

- Comunicado nº CAL000118/13, de 04/07/13, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, solicitando que seja desconsiderado o Comunicado nº 099675.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente, Coronel Chagas – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário, Chicão da Silveira – Procedo à chamada.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, meu cordial bom-dia. Bom-dia aos cidadãos aqui presentes, em especial aos amigos da Associação dos ex-servidores policiais frente à PEC 111, que mais uma vez estão aqui nesta Casa, e aos Senhores que compõem a imprensa roraimense e se fazem presentes aqui também.

Nós estamos retornando os trabalhos, hoje, com muitos desafios a serem trabalhados, tanto pela base governista, como pela base da oposição. Acredito eu que será um semestre produtivo, mesmo havendo discordância de posicionamento, mas esta Casa vai concluir o semestre com saldo positivo, dando uma resposta à sociedade roraimense. E, é nesse sentido, Senhoras e Senhores, que eu venho chamar a atenção da classe política.

Estive, recentemente, no município de Caracaraí. Recebi um documento, que tenho aqui em mãos, da Associação dos Agricultores de Petrolina do Norte, no qual eles relatam a preocupação da ampliação do Parque Nacional do Viruá, que tem, hoje, seu limite demarcado, mas que não cumpre com a função para qual foi criado, que era desenvolver

a pesquisa, o turismo na região e, principalmente, a geração de emprego e renda. Se não bastasse isso, o ICMBIL pleiteou uma ampliação, algo em torno de 600 hectares, depois foi além, ampliou essa extensão para 52 mil hectares. Hoje, estão reivindicando algo em torno de 74 mil. E, essa ampliação só não aconteceu, Deputado Ionilson, simplesmente porque não houve audiência pública, que é um dos requisitos para a ampliação do parque. Eu tive o trabalho de ir no ICMBIL, no Ministério do Meio Ambiente, pesquisei na internet e comecei a verificar se isso procedia, e procede. A ampliação do Parque do Viruá hoje vai se dar do atual limite, e quem conhece a região da perda vai lembrar, até o Rio Barauana, mais uma faixa de terra beirando a BR 174 até Vista Alegre. Fizemos um levantamento juntamente com o Senhor Jaçanã, que é o Presidente da Associação de Petrolina, e chegamos à conclusão de que, no mínimo, 250 famílias serão atingidas por essa ampliação. Sem mencionar, Deputado Ionilson, que o Rio Barauana, nesse caso, não poderia mais ser usado para a pesca. Nós sabemos, e quem é de Caracaraí, sabe, que o Rio Barauana é o rio que mais fornece peixe, principalmente nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, para o Estado de Roraima. E, Deputado Gabriel, o que me preocupa é a posição do Estado nesse processo. Há outros parques ampliados, como, Maracá, Parima, outras estações ecológicas também sendo ampliadas e, Deputado Ionilson, o Estado que já tem algo em torno de 73% das suas terras comprometidas com reservas indígenas, ambientais e tantas outras, se mostra inerte na defesa dessas poucas áreas que ainda restam para desenvolver a nossa produção.

Então, quero registrar a minha preocupação. Já entrei de cabeça nessa luta. Eu defendo a preservação do meio ambiente, mas com ressalvas, pois não podemos preservar o meio ambiente em detrimento da expulsão de pessoas das suas terras, dos seus lotes, porque é isso que vem ocorrendo no nosso Estado. Infelizmente, o ITERAIMA, a Secretaria de Planejamento, os órgãos governamentais e a classe política como um todo, não têm se posicionado, pelo contrário, estão deixando a coisa correr e, quando já está materializado, como já concretizou o dano, principalmente para os mais pobres, mais carentes, aparece com esse discurso demagogo tentando justificar a inércia da classe política.

Nesta Casa, nós temos o dever de nos posicionarmos politicamente, apresentando contra proposta. Houve uma reunião com a presença da Secretaria de Planejamento, do ITERAIMA, da FEMARH, de todos os órgãos de Roraima envolvidos, juntamente com o ICMBIL e eu tenho aqui um documento já cedendo, concordando com a ampliação do Parque Viruá, sem consultarem as famílias que moram naquela região. Vá à Petrolina, hoje, pergunte quantos empregos foram gerados através do Parque Viruá para aquelas pessoas que moram lá, você não vai encontrar nenhuma pessoa empregada. Vamos pesquisar as atividades ecológicas, o ecoturismo desenvolvido no último ano no Parque Viruá, que não existe. Agora, a intenção do ICMBIL é dobrar o tamanho daquele Parque, prejudicando de imediato, em torno de 250 famílias, principalmente os pequenos agricultores.

Eu, como Presidente da Comissão do Meio Ambiente, já estive reunido com os agricultores na Associação dos Moradores de Petrolina e, quero pedir ao Presidente da Casa que encaminhe uma equipe para nos acompanhar numa reunião que acontecerá no dia 24, em Petrolina, uma Audiência Pública promovida pela Associação para criar uma contra proposta e saber se realmente existe área que precisa ser ampliada, que não está sendo usada por aqueles pequenos agricultores, sem problema nenhum. Agora, não podemos tirar aquelas famílias, pessoas, inclusive, Deputado Ionilson, que têm título definitivo das suas terras, que chegaram lá, muito antes do Parque ser instalado, como o Seu Antônio Bamburrado, que tem a sua fazenda com escritura pública e cria gado, dentre outros que estão lá.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Obrigado, Deputado, Vossa Excelência sempre traz assuntos relevantes à tribuna desta Casa. Mas, quero falar a Vossa Excelência que infelizmente o Governo do Estado cometeu e tem cometido todos os pecados em relação à questão de regularização fundiária, a definição de parques, assentamento de desintrusados da Raposa/Serra do Sol, ou seja, todos os pecados possíveis o governo do Estado tem cometido em relação a essas questões. E, não tem se preocupado com essa questão como deveria se preocupar, que é maior do que todos nós, pois transcende até mesmo a política por ser uma questão de Estado, por isso não deveria ser tratada dessa forma. Passaram-se mais de 03 anos das transferências, pelo menos da intenção do Governo Federal de fazer a transferência dessas glebas, e nós sequer fizemos o dever de casa, não conseguimos cumprir o que se quer no decreto de transferência, que era fazer o destaque dessas áreas, excluir as áreas da

União. A SEPLAN ficou cuidando dessa parte, Deputados Gabriel e Sampaio, e não deu conta. Eu soube, semana passada, que tinha 06 glebas prontas para serem certificadas. Ontem, obtive informações que são reais, amanhã vou trazê-las para cá, que em Brasília foram todas as 06 negadas, porque faltou excluir as margens dos rios, que se chama linha de cheia média, dos rios federais. O SPU agora questiona que tem que ser retirado também algumas áreas públicas, de prédios públicos, quer dizer, nós não conseguimos fazer absolutamente nada. Portanto, os títulos que foram dados pelo ITERAIMA até hoje, todos são nulos, porque foram dados em desacordo com o decreto que nós deveríamos ter cumprido, daí as ações do Ministério Público Federal, da Polícia Federal dentro do ITERAIMA. Nós não conseguimos dar um passo concreto sequer na direção dessa regularização, pelo contrário, houve só confusão, só problemas. O ITERAIMA está praticamente engessado e se o Governo do Estado pensava em titular com intuito eleitoral, ele pode esquecer, porque a curto prazo não vamos titular nada no ITERAIMA. Deus queira que o Doutor Leocádio que está lá, segundo ele, para sanear aquela casa, dê conta do recado, porque do contrário, o Estado vai continuar na mesma situação quando era o INCRA que cuidava dessa questão, sem conseguir titular nada.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Deputado Sampaio, Vossa Excelência está sempre trazendo assuntos de grande relevância. Eu vou ser breve, mas quero enfatizar, Deputado Sampaio, que a questão fundiária no nosso Estado transcende a questão política, realmente é uma questão de Estado, mas não é tratada como tal. Vossa Excelência sabe que o ITERAIMA é crucial para uma política de desenvolvimento, sobretudo no setor produtivo do Estado, e que todos nós, políticos ou não, entendemos que a maior vocação do nosso Estado é o setor agrário. O Governo do Estado vem dando cargos a apaniguados políticos no ITERAIMA, inclusive, isso é denúncia concreta feita na Polícia Federal e no Ministério Público, comercializando terras públicas do Estado de Roraima, algo em torno de seis milhões de hectares de terras que o Governo federal repassou para o nosso Estado como medida compensatória por conta da demarcação da área Raposa Serra do Sol, ou seja, grande parte dessas terras estão sob suspeita de comercialização. Nós recebemos denúncias que pessoas ligadas ao ITERAIMA andavam em outros Estados da federação com um calhamaço de títulos definitivos assinados, vendendo nossas terras, terras de pessoas deste Estado como 20, 30, 50 anos, até centenários, que vivem naquelas terras e que tiveram um georreferenciamento sobreposto, porque foi feito um título definitivo falso que foi certificado no Cartório de Registro de Imóveis. E, o Governo do Estado sabia e sabe de tudo isso. Retirou de lá um Presidente irresponsável, e o colocou lá no Congresso Nacional, como Deputado Federal, para ficar blindado. Isso não pode ficar escondido, e nós, como políticos sérios, temos que dizer. Agora, colocou outro na Presidência do ITERAIMA. Semana passada, era para ser a sabatina, porém o governo retirou daqui a Mensagem Governamental, e ele continua lá no ITERAIMA. Agora, vão formar uma nova Comissão e vão sabatiná-lo. Eu quero dizer que o Presidente que foi indicado pelo Governo do Estado para o ITERAIMA tem, como primeira atitude, revelar quem vendeu as terras públicas do nosso Estado, por quanto vendeu e para quem vendeu. Então, as primeiras informações que ele deve repassar são essas, para torná-las públicas e para que as autoridades competentes possam punir aqueles que roubaram os sonhos do nosso povo. Como a vocação do nosso Estado é vendida, ou nós vamos ficar calados ou então deixar que daqui para frente as coisas sejam feitas corretamente. Não, temos que levantar defunto, colocar a carniça para feder, e quem roubou a terra que seja preso, porque foi feito um desmando lá e não adianta encobrir não. Só faço um pedido, que aquele que for indicado para o ITERAIMA revele esses nomes, os crimes tipificados em relação às denúncias feitas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, para dar ciência a esta Casa, para não estarmos passando a mão na cabeça de bandido. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua. - Senhoras e Senhores Deputados, esta Casa tem o dever político, o dever moral de se posicionar com relação às terras de Roraima, no tocante à ampliação desses parques. É preciso que a comunidade seja ouvida, respeitada, que a classe política diga ao Governo Federal, aos organismos internacionais que chega de reserva ambiental, chega de reservas indígenas, porque Roraima tem que se desenvolver, tem que gerar renda e emprego através da agricultura, em especial da agricultura familiar. Fiquei feliz com as palavras do Deputado Ionilson Sampaio, a grosso modo, percebi que já temos a oitava assinatura para instalarmos a CPI das terras no nosso Estado, pela forma com que o Deputado Ionilson se posicionou aqui. Eu

acho, Deputado Brito, que será a oitava assinatura da CPI para apurarmos a fundo quem se deu bem. Fica o nosso registro e o pedido de apoio a todos os parlamentares, principalmente aos da comissão de terras, da comissão do meio ambiente, para acompanhar essas ampliações de parques e reservas ambientais no nosso Estado. Era isso, Senhor Deputado, muito obrigado pela tolerância.

O Senhor Presidente Coronel Chagas – Com a palavra o Senhor Deputado Ivo Som, com o tempo de quinze minutos.

O Senhor Deputado Erci de Moraes pede Questão de Ordem – Eu tinha me inscrito, inclusive, para apartear o Deputado Soldado Sampaio, mas como ele estava sem tempo, Vossa Excelência pediu que ele encerra-se. Eu ouvi nas declarações do Deputado Brito, algo muito grave ao dizer que o ex-Presidente do ITERAIMA era um bandido, agora veio outro, no bom português, está incluindo também o Doutor Leocádio na lista dos bandidos. Seria bom que o Deputado esclarecesse isso, porque eu acho que o pronunciamento dele, em parte foi bastante intempestivo nesse particular.

O Senhor Deputado Brito Bezerra pede Questão de Ordem – Eu falei que as denúncias feitas são ilícitas e que um bandido foi protegido pelo Governo do Estado. Não me referi ao Secretário Leocádio como bandido. Agora, eu reitero que se não disser os nomes e os crimes que foram cometidos ali, se acobertar, fica sendo igual ao outro.

O Senhor Deputado Ivo Som – Senhor Presidente, quero registrar a entrega de armamentos e equipamentos à Polícia Civil, armamentos como fuzis, pistola, rifles de última geração. E, deixar registrado também que a Polícia Civil do Estado foi reconhecida nacionalmente como uma das melhores polícias, por desvendar muitos crimes.

Louvo o anúncio do Governador, na semana passada, que informou que mais trezentos policiais estarão nas ruas até o final do ano, para trazer maior segurança à sociedade. Isso mostra que esse Governo tem compromisso com o Estado.

E, gostaria de me reportar a colocação do Deputado Soldado Sampaio, quando disse que foi uma manobra do Governador Anchieta Junior, tirar o Senhor Rodolfo de uma secretaria e colocar em outra. Foi dito nesta Casa pelo Deputado Brito, e na oportunidade vimos que o Senhor Rodolfo estava fazendo um bom trabalho, inclusive foi registrado por vários parlamentares, por que não foi votado? Por que não foi aprovado? É um direito e dever desta Casa, ninguém vai questionar isso, mas foi exposto por esta Casa o desempenho que estava tendo o Secretário Rodolfo à frente da ADERR. E, na semana passada, houve essa grande mudança, ele voltou para a FEMARH, e o seu nome deve vir para votação nesta Casa, e a Doutora Roserayna voltou para a ADERR, onde também tinha feito um bom trabalho à frente daquela pasta.

Então, entendo que isso não é manobra, como também entendo que o Senhor Governador não usa como artifício o fato de ser Governador para fazer manobra no seu governo. Eu entendo que para amenizar tanto o Poder legislativo, como o Executivo, para andarmos harmonicamente, entendeu o Governador que não poderia deixar o Senhor Rodolfo em uma situação difícil, pois o seu nome não foi aprovado para ficar na ADERR e isso faz parte da política, faz parte de qualquer Governador. Hoje, pela manhã, a primeira demissão que houve no Rio de Janeiro, foi do Secretário Nacional de Segurança Pública. Mesmo o Governador viajando, houve a demissão do maior comandante da Polícia Militar daquele Estado, que deu um parecer favorável a um PM para não responder fora das suas atividades. O Beltrame, ex-Secretário de Estado do Rio, o cara que hoje tem a maior aprovação dos seus secretários, exonerou o comandante-geral da polícia militar do Rio. Isso acontece em qualquer lugar.

Isso não é manobra, às vezes, é para não haver um desentendimento. Parabéns ao Governador Anchieta por ter lembrando da segurança pública.

Então, quero enaltecer essas grandes mudanças que foram feitas no alto escalão do Governo. E, quero dizer ao Deputado Sampaio que ele poderia também usar a tribuna para falar desse anúncio do Governo, para parabenizar o Governador pelo anúncio de que irá colocar mais 300 policiais nas ruas. Gostaria de ouvir isso do Senhor Deputado, pois é a classe a qual o Senhor pertence.

Volto a dizer, isso é manobra, é tentativa de acerto, pois é errando que se acerta.

Agradeço o tempo da presidência e parabenizo os novos Secretários. Esta Casa, se Deus quiser, irá aprovar o nome de cada um.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Bom-dia Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, público aqui presente, policiais civis, Senhor Josias Licato, representando o conjunto de

trabalhadores que estão defendendo a justa PEC 111 para o enquadramento na União desses servidores que trabalharam no extinto Território Federal de Roraima. Primeiro, quero desejar a todos os Parlamentares um segundo semestre profícuo, que possamos desenvolver um trabalho em sintonia com a sociedade, construir caminhos para que possamos gerar expectativa de melhora no seio do nosso povo. Almejo que tenhamos conjuntamente um segundo semestre de muito trabalho e muito sucesso.

Hoje, ia discutir um assunto diferente do que vou expor aqui. Mas, Presidente Guerra, nós tivemos, no início do ano, uma questão que nos preocupou bastante. O Poder Executivo publicou o orçamento do Estado de Roraima diferente do orçamento que este Poder aprovou. Esse já é um fato inusitado que causou estranheza para todos nós, todavia vem a tolerância, a boa vontade e a coisa continua seguindo mesmo com essa grande distorção. Deputado Erci, o pior é que agora o caso se repete. Estou aqui com todo o processo que foi originado de uma Mensagem Governamental, criando o Conselho de Investimentos do IPER. O IPER tem, hoje, em torno de um bilhão e trezentos milhões de reais em caixa, ou depositado nas agências bancárias, apesar de ter tido uma má aplicação que gerou um prejuízo, dinheiro que, essencialmente, pertence aos trabalhadores, aos servidores que contribuem mensalmente com o IPER, quer sejam servidores do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas, do Ministério Público Estadual, ou do Tribunal de Justiça. No bojo dessa proposta enviada pelo Executivo constava a composição do Conselho de Investimentos. Qual é a finalidade do Conselho de Investimentos? Decidir, após o debate, onde aplicar esse montante de recursos ou parte dele, de forma segura, que garanta o rendimento satisfatório, com segurança para também garantir a futura aposentadoria dos servidores. A proposta do Poder Executivo veio com o Conselho composto de seis nomes, três nomes dos servidores efetivos do IPER e três nomes de cargos comissionados do IPER. Imaginem os senhores, colocarmos um volume tão expressivo de dinheiro, para ser decidido a sua aplicabilidade, sob o comando de servidores de cargos comissionados. Estamos aqui diante de um fato inusitado e preocupante. A Assembleia, após um amplo debate, alterou parte desse projeto e criou a seguinte emenda: Permanecem os três servidores efetivos do IPER e os outros três de cargos comissionados, substituímos por um servidor efetivo do Tribunal de Contas do Estado, outro por um servidor efetivo do Ministério Público Estadual e outro por um servidor efetivo do Tribunal de Justiça, porque esses Poderes também pagam o IPER, ou seja, aqueles três que seriam de cargos comissionados, nós substituímos por três servidores efetivos de outros Poderes, de modo a dar mais segurança, dividindo responsabilidade para termos mais tranquilidade na hora de debatermos, aprovarmos investimentos do montante que o IPER tem. Chamou-me a atenção a lei 216, publicada no dia 29/07/13, porque nela não está o que a Assembleia aprovou, está simplesmente dizendo que são três servidores efetivos e três de cargos comissionados do IPER. Esse projeto foi debatido, votado em comissão e em plenário, obteve dezoito votos favoráveis e nenhum contra, aprovando a alteração do Poder Legislativo. Ao publicar a lei 216, de 29 de julho de 2013, simplesmente o que foi aprovado pela Assembleia não consta. Esse é um fato lamentável que não pode acontecer.

Aparte concedido ao Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra – Esse caso é sério e já determinamos ao Diretor do setor que afaste imediatamente o funcionário que mandou esse material para o palácio e que veja, também, se é o mesmo funcionário do começo do ano. Nós vamos afastar o funcionário e abrir uma sindicância interna para ver se foi o mesmo funcionário e vamos saber se isso foi um mero engano, ou se houve intenção maldosa de algum setor interessado no assunto. O que tinha que ser feito, nós já fizemos, agora é só esperar para ver o que vamos apurar sobre esse assunto.

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Eu vou complementar apenas o que disse o Deputado Chico Guerra. Isso já aconteceu, no início do ano, com relação ao orçamento. Infelizmente quando foi identificado o erro, por se tratar de orçamento, já estava em execução e não foi possível fazer uma nova publicação da lei. Precisamos realmente ver se isso partiu da Assembleia, se a lei saiu daqui sem as emendas. Isso é grave. E, vamos apurar para que não ocorra um problema ainda maior. Hoje, inclusive, havia uma matéria no jornal sobre a implantação da comissão com servidores efetivos e comissionados do IPER. Então, que se mande de imediato uma correspondência para o governo do Estado e, se necessário for, que a gente apresente um projeto de lei cancelando esse que aí está, se não houver outra solução. Realmente o projeto foi aprovado com a emenda, eu fui relatora, por unanimidade dos votos, ou seja, os 18 Deputados

votaram. O Deputado Ionilson fez um trabalho junto aos demais Poderes e trouxe, num consenso, essa emenda. Não é possível que isso aconteça. Então, para que não se efetive uma Lei baseada em um erro que pode ter saído daqui, que seja, de imediato, encaminhado documentação ao Governo do Estado, enfatizando que a publicação foi errada e pedindo para que, se possível, dentro da legalidade, seja corrigida. Senão, que seja apresentado um projeto de lei anulando este que foi publicado. Obrigada.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Obrigado pelo aparte. Vossa Excelência, inclusive, já apresenta uma alternativa. Acho que não pode existir uma Lei diferente daquela que foi aprovada de forma soberana por dezoito Deputados deste Poder, que é uma maioria esmagadora. Como pode, e simplesmente a partir da sua publicação, ela passar a valer diferentemente daquilo que foi aprovado por este Poder? Portanto, Vossa Excelência já apresenta uma alternativa para que possamos efetivamente sanar esse impasse.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhor Presidente, gostaria de fazer um pedido a Vossa Excelência, como Presidente deste Poder, para que tome a responsabilidade para si, pois um erro gravíssimo já aconteceu no orçamento do ano passado e ficou por isso mesmo. Agora, mais um erro desses? Não quero ficar condenando ou adivinhando, não, mas acho que deve ter a influência de alguém para publicar do jeito que vem do Palácio do Governo. Se esta Casa é um Poder independente, então a lei deveria ser publicada conforme foi votada pelos dezoito Deputados. Infelizmente, essa é mais uma manobra que estão fazendo para enfraquecer este Parlamento. Então, Deputado Flamarion, parabéns pelo seu pronunciamento e, mais uma vez, reforço o meu pedido ao Presidente Guerra para que tome para si a responsabilidade e apure com a maior brevidade possível, sobre quem é o culpado por esse erro.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Obrigado, Deputado Gabriel Picanço. Quero, mais uma vez, antes de encerrar, desejar um segundo semestre profícuo a todos nós, e dizer ao Presidente Guerra que, de imediato, como já estão sendo tomadas as providências também, entre em contato com a Casa Civil do Poder Executivo, para que possa realmente sanar esse problema que, na nossa avaliação, é bastante grave. E, a partir daí passar a vigorar a Lei que este Poder aprovou, a menos que o Senhor Governador vete, e voltando para cá o veto, a gente possa debater, mantendo ou derrubando o veto. Portanto, é imperioso que as providências sejam tomadas, porque desse jeito não dá para ficar. Obrigado e um bom-dia a todos.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus - Senhor Presidente, caros colegas da Mesa Diretora, Senhoras e Senhores Deputados, servidores desta Casa, amigos da imprensa, pessoas que nos visitam hoje, e em especial aos amigos que defendem o voto, sim, para a PEC 111, não tenho dúvidas de que todos nós aqui nesta Casa, temos o maior interesse de que esta PEC seja aprovada com a maior brevidade possível, porque ela trará benefícios para toda a nossa gente. Podem, portanto, contar com nosso apoio e com nossa luta, no sentido de vê-la aprovada. Senhor Presidente, meus caros colegas Deputados, ouvi hoje, aqui, o pronunciamento dos Deputados Sampaio, Flamarion e Ivo som, mas, uma coisa no pronunciamento do Deputado Sampaio me chamou a atenção, quando ele falou que os órgãos ligados à questão das terras no Estado de Roraima teriam autorizado a União a continuar com a ampliação e a criação de novas reservas no nosso Estado. Ora, isso parece brincadeira, o Estado de Roraima já está todo dividido em pequenas ilhas, ilhas de todas as naturezas, ilhas que são divididas para o Exército, para a Aeronáutica, para o IBAMA, para a FUNAI, para particulares, para pessoas que nunca vieram a Roraima e são donos de milhares e milhares de hectares no nosso Estado. Fora isso, o Decreto do Governo Federal, que autorizou a transferência das terras para o Estado, deixou uma lacuna, uma brecha pequena para que nosso Estado pudesse cuidar dessas terras. O que aconteceu, Deputado Joaquim? Na realidade, ao tomar posse das terras do nosso Estado, os dirigentes do ITERAIMA provocaram uma verdadeira caça ao tesouro dentro do ITERAIMA, na base do quem dá mais, leva mais, a exemplo de famílias que nunca vieram aqui como os Bambrilas, os Marçonbanes, os Júnios, os Primos e tantos outros aí que viraram donos de terras com mais de trinta mil hectares no Estado. Desde o início desta legislatura venho aqui, na qualidade de Presidente da Comissão de Terras, fazer essas denúncias. Inclusive, encaminhei para o Ministério Público Federal e para a Polícia Federal mais de cem procurações de pessoas que nunca vieram a este Estado, autorizando outras pessoas a titularem terras em seus nomes aqui em Roraima. A imprensa, à época, noticiou vastamente isso. Se tivessem tido o cuidado, naquela época, tanto o

Ministério Público Federal, quanto a Polícia Federal e também esta Casa, quando fizemos aquelas denúncias, que não eram políticas e nem eleitoreiras, não estaríamos no caos que estamos hoje em Roraima. Porém, uma coisa mais grave está acontecendo agora, como disse o Deputado Sampaio. É de interesse da União travar o Estado de Roraima, das ONGs acabar com nosso Estado e somos nós aqui, desta Casa, que mesmo não tendo eco lá fora, que temos a obrigação de vir à Tribuna, para os meios de comunicação, defender nosso Estado, nosso Território. Mas, Senhor Presidente, vejo que o Estado, pelas palavras do Deputado Sampaio, descumpra mais uma vez a Constituição Estadual. Olhe, Deputado Célio Wanderley, o decreto da Presidência da República nº 6754, de 28 de janeiro de 2009, que diz: ficam transferidas gratuitamente ao Estado de Roraima, as terras públicas federais situadas em seu território que estão arrecadadas e matriculadas em nome da União, em cumprimento ao disposto no artigo primeiro da Lei 10304, de 05 de novembro de 2001. O meu entendimento, não é o entendimento de um mestre em direito, mas, acredito que as terras já foram transferidas para o Estado, são do Estado, o Estado já pode fazer delas o que quiser, independentemente do INCRA ter transferido a matrícula para o Estado ou não. O decreto transferiu. Esta questão que falam aí de que a gleba tal, e a gleba tal não foram transferidas, é mera burocracia, quem transfere não é a matrícula do INCRA, mas o decreto da Presidência, o qual transferiu as terras para o Estado. E, o que me chama a atenção nesse decreto é que ele diz que as transferências de que trata o caput do artigo, serão feitas considerando a exclusão das áreas relacionadas nos incisos de dois ao onze, no artigo 20 da Constituição, B; destinados hoje ao processo de destinação, pela União, a projetos de assentamentos, C; de unidade de conservação já instituídas, a letra D, das seguintes unidades de conservação em processo de instituição: reserva extrativista baixo rio branco, Jauaperi, Floresta Nacional do Jauaperi, unidade de conservação dos lavrados, ampliações do Parque Nacional do Viruá, Estação Ecológica do Maracá e as áreas destinadas à redefinição dos limites das reservas da floresta Parimá e da floresta nacional do Pirandira, que ainda não foram instituídas, estão em processo de instituição. O Parágrafo II, artigo 1º “as instituições de conservação a que se refere a letra “D”, do inciso 1, parágrafo I, será feita pela União após consulta ao Estado. Portanto, essas aqui só podem ser criadas se o Estado disser, sim, pode criar, e o Estado já disse “sim”. Que Estado é esse, cujo o Governo não se preocupa com a nossa gente, porque não foi nas regiões ouvir as pessoas, não reuniu os produtores, os pecuaristas e não ouviu esta Casa Legislativa para poder dizer o “sim”. Nós estamos vivendo, no meu entendimento, numa ditadura branca, onde o Poder Legislativo está esquecido, porque não se pode fazer uma consulta para a União responder, quando a causa é o nosso Estado. Um hectare de terra no Mato Grosso hoje custa 10 mil, 12 mil reais; em Goiás, Rondônia, a mesma coisa. E, em Roraima, daqui a vários anos, os nossos filhos, a nossa gente que não participaram dessa grilagem, dessa invasão que está acontecendo agora, vão ficar sem terra e vão sair por aí, buscando um pedaço de terra para plantar, porque os grandes empresários que estão invadindo terras, não querem produzir, eles querem essas terras para vender a madeira e assegurar que podem plantar em outro lugar, querem explorar comercialmente e não para trazer a riqueza que precisamos para o Estado.

Mas, a Constituição do Estado, no artigo 12, diz que no espaço geográfico e territorial do Estado de Roraima, é vedada a criação de qualquer área de reserva ambiental ou de preservação de qualquer natureza pela União, autarquias, fundações públicas ou concessionárias de serviços públicos, sem prévia autorização legislativa com aprovação de, no mínimo, dois terços dos Parlamentares. Com isso, já era para o governo ter respeitado esta Casa e na hora de responder esta consulta, deveria ter dito que só poderia responder depois que ouvisse o Plenário deste Poder. Todos vocês me viram correndo de mesa em mesa pegando assinatura dos colegas Deputados, estamos apresentando uma nova proposta à nossa Constituição, regulamentando esta que aqui está, já pegamos assinatura de quase todos os Deputados que estão em Plenário. O que diz essa nova PEC, essa que quero pedir ao Senhor Presidente da Comissão de Justiça que a trate com maior urgência possível. Vou ler para os Senhores ouvi-la.

Artigo 1, fica acrescido ao caput do artigo 12; no espaço geográfico territorial do Estado de Roraima é vedada a criação de qualquer área de reserva ambiental ou de preservação de qualquer natureza pelo Estado ou pela União, suas autarquias, fundações públicas ou concessionárias de serviços públicos federais, sem prévia autorização Legislativa, que só poderá ser aprovada pelo voto favorável de dois

terços de seus membros; parágrafo 2, ficam acrescidos à Constituição no artigo 12, com a seguinte redação: a consulta a que se refere o parágrafo II, do artigo 1, do decreto 6754, de 28 de janeiro de 2009, que regulamenta a lei 10304, de 05 de novembro de 2001, que dispõe sobre as transferências ao domínio do Estado de Roraima das terras pertencentes à União, será respondida pelo Estado, após ouvir o Poder Legislativo Estadual, que no prazo de 90 dias úteis, após recebimento, manifestar-se-á favorável ou contrário a pretensão da União; parágrafo 4º, a consulta constante do parágrafo anterior será deliberada através de audiência pública com as comunidades envolvidas e atingidas pela pretensão do órgão, e com o voto de dois terços deliberará pela aprovação ou não; parágrafo 5º, as terras estaduais serão destinadas às atividades de produção, desenvolvimento sustentável, assentamento, colonização e regularização fundiária, podendo ainda serem utilizadas em atividades de conservação ambiental. Portanto, a nossa PEC é democrática, justa, ela apenas está pedindo ao Poder Executivo e a União que respeite o Poder Legislativo e o povo do nosso Estado, que nos ouça antes e que possamos opinar e, principalmente, ouça as pessoas envolvidas. Há pessoas que moram lá há 30, 50 anos e, de repente um decreto feito por alguém que nunca veio aqui vai mandar essas pessoas embora de suas terras, como aconteceu com a reserva Raposa/Serra do Sol.

Aparte concedido à Deputada Aurelina Medeiros – Gostaria, Deputado, de dizer que nada foi tão traumático do que a obtenção desse Decreto. Eu pedi para colocarem não só a criação, mas a ampliação de reservas. Na época em que foi feito, fui à Brasília com esse decreto pronto. Foram nove anos da criação da lei Marluce e, de 2001 até 2009 para regulamentá-la. Eu entendo como Vossa Excelência, que as terras foram transferidas para o Estado de Roraima. Hoje, a atuação que existe, os movimentos que estão aí, a ação da justiça, do Ministério Público Federal está sendo para que se façam os destaques daquilo que pertence à União, que são os projetos de assentamentos, as áreas indígenas, dentre outras, e não vejo dificuldades nisso, pois todas têm memorial descritivo e registro no cartório de imóvel pela sua criação, quando da feita do decreto no dia da assinatura do Presidente Lula. Isso foi motivo praticamente, de todo mundo levantar da mesa, porque eles colocaram esse artigo da ampliação das áreas sendo que muitas delas já existem efetivamente, como Jauaperi e outras. Só faltavam os registros e, por esse motivo, quase não havia transferência. Eu não aceitei que ficasse a bel-prazer da União, criar reservas dentro das áreas transferidas para o Estado. A solução para acalmar o impasse foi, justamente, colocar que isso não seria feito sem a anuência do Estado. E, para nossa surpresa, pouco tempo depois estava ali o lavrado da Serra da Lua, onde estão ocorrendo ampliações em nome do Instituto Chico Mendes, sendo que as colocamos para Samaúma. Até disse, na época, que o Chico Mendes que conhecemos aqui não é o Chico Mendes do Acre, não com o mesmo pensamento, pois eles usam o nome do Chico Mendes que era um homem que só queria trabalhar. Infelizmente, estou tomando conhecimento aqui de reuniões que estão ocorrendo. Apoio a nossa PEC e gostaria de participar da Comissão, trabalhar junto e dizer que o único elo onde a gente se agarrou para ter essas terras transferidas e depois não serem tomadas de volta, em nome da preservação ambiental, foi dizer que não seriam criadas e nem ampliadas essas reservas sem a anuência do Estado. Eu acho que nós, mais do que ninguém, temos a obrigação de nos unirmos para não deixar isso acontecer. Muito obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhora Deputada, eu assinei a PEC que Vossa Excelência coloca aqui nesta Casa, pela preocupação que nós temos com a situação em que o Estado vive em relação ao setor fundiário. O que eu acho fundamental, e estou aproveitando este aparte, é que, além da PEC, a Presidência da Casa retome, imediatamente, a Comissão sobre a criação de mais Municípios no nosso Estado. Os grandes Estados, aqueles que compõem o maior número de Municípios no Brasil, têm menos problemas fundiários do que os estados com proporções territoriais imensas e Municípios muito maiores. É o caso do Pará, é o nosso caso, do Amazonas e do Mato Grosso que têm problemas fundiários imensos. Essa PEC é importantíssima para resolver esses problemas que nós estamos vivendo, mas acho que, paralelamente, a nossa presidência deveria retomar aquela Comissão, já que no Congresso está praticamente definido e as regras estão estabelecidas para a criação de novos municípios no Estado. Deputado Mecias, eu pedi esse aparte, porque as pessoas estão criticando a criação de novos Municípios, alegando que essa criação gera despesas. Nós somos do interior de Roraima, conhecemos a realidade, como cresce a economia do Estado, mas algumas pessoas não, e acabam

criticando a criação dos novos Municípios porque cria oportunidade de emprego aqui na nossa capital e no interior do Estado. Por último, Deputado Mecias, nós temos aqui, na Casa, o Deputado Flamarion que é casado com a Senadora Ângela Portela, que faz um trabalho excepcional no Congresso Nacional, e Vossa Excelência que tem um filho no parlamento. Eu sei que a bancada está trabalhando arduamente para resolver o problema da PEC que estacionou depois de ter vários avanços no Congresso Nacional, a PEC dos policiais civis do ex-Território. Faço um apelo para que retomem aquela Comissão também aqui, na Casa, aquela da qual Vossa Excelência fazia parte, para que possamos colocar pressão lá, usando o seu poder no Parlamento Amazônico junto às bancadas dos outros Estados, visando encontrarmos uma solução definitiva para a economia de Roraima, gerando empregos, riquezas, melhorando a arrecadação do Estado em benefício da nossa educação, da saúde e da segurança.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus continua. - Encerro, Senhor Presidente, pedindo mais uma vez a Vossa Excelência que determine a instalação de uma comissão, com urgência, para analisar, emitir parecer e votar a PEC ora lida neste plenário. Muito obrigado.

O Senhor Presidente Coronel Chagas – Não havendo mais Orador inscrito para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia. Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 010/13, que “Dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Cargos e Remuneração do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria do Ministério Público de Contas; do Requerimento nº 037/13, que “Transforma a Sessão Plenária do dia 22 de agosto (quinta-feira) do corrente, às 10h, em Comissão Geral, momento em que esta Casa Legislativa estará realizando Audiência Pública com os movimentos sociais”; do Requerimento nº 038/13, que “Transforma a Sessão Plenária do dia 08 de agosto (quinta-feira) do corrente, às 10h, em Comissão Geral, momento em que esta Casa Legislativa estará homenageando o 6º Batalhão de Engenharia de Construção–6º BEC, pela passagem do 45º Aniversário, com a Comenda Orgulho de Roraima”; do Requerimento nº 001, da Comissão Parlamentar de Inquérito, requerendo prorrogação de prazo para seu funcionamento por mais 30 dias.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões em conjunto, possam analisar e emitir parecer ao Projeto de Lei nº 010/2013.

Reaberta a Sessão

O Senhor Presidente Coronel Chagas – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento 038/13.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) Lido o Requerimento 038/13.

O Senhor Presidente Coronel Chagas – Em discussão o Requerimento 038/13. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação. Dou por aprovado.

A votação será simbólica. Os Deputados que concordarem com o Requerimento, permaneçam como estão. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento 037/13.

O Senhor Primeiro Secretário, Deputado Jalser Renier Lido o Requerimento 037/13.

O Senhor Presidente Coronel Chagas – Em discussão o Requerimento nº 037/13.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, quero manifestar meu voto favorável pela aprovação do Requerimento, que é fruto de uma audiência, onde o presidente deste Poder e alguns Deputados participaram, inclusive eu participei também. Nós recebemos os movimentos sociais de rua, que vieram a esta Casa, estiveram em Praça Pública e colocaram suas insatisfações para com o Poder Público, com a classe política.

Então, eu quero parabenizar o Presidente Chico Guerra e a Mesa Diretora desta Casa por abrir as portas para este povo. Não poderia ser diferente. Temos que ouvir essas lideranças comunitárias que vão trazer ao conhecimento desta Casa os seus anseios e as suas preocupações. Engana-se quem acha que os movimentos de ruas do Brasil afora estão parados. No dia 7 de setembro haverá um grande movimento no Estado, assim como no Brasil, chamado de grupo dos excluídos. E em Roraima não será diferente, devido a má qualidade da educação, da saúde, da segurança, da falta de valorização dos servidores. A tendência desse movimento é cada vez mais avançar. Se não me engano, a Sessão que antecede este dia é a de quinta-feira e, geralmente, nas quintas-feiras, as Sessões desta Casa sequer dão quórum. Desde já, apelo aos colegas parlamentares que se façam presentes para ouvir essas pessoas que têm muito o que falar, inclusive contra o próprio Poder Legislativo, pela sua inércia, pelos vários momentos, perante suas ações junto ao Executivo.

Então, será uma audiência de suma importância. Faço questão de estar presente acompanhando. Espero que o convite seja abrangido a todos os movimentos sociais, à agricultura familiar, aos estudantes, aos jovens, aos movimentos religiosos. Preparamos essa audiência com toda a estrutura possível para oportunizar às pessoas a virem aqui fazer seus reclames. Então, voto favorável e já peço o apoio para a aprovação do Requerimento, Senhor Presidente.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o Requerimento. A votação será simbólica. Os Deputados que concordarem com o Requerimento, permaneçam como estão. Dou por aprovado.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento 001/13.

O Senhor Presidente Coronel Chagas - A presente proposta de emenda à Constituição é de iniciativa independente do Deputado Mecias, assinada por todos Parlamentares desta Casa. Após acordo entre os Deputados, a composição da Comissão Especial Interna para analisar essa PEC 003/13 fica composta pelos seguintes Parlamentares: Flamarion Portela, Coronel Chagas, Ionilson Sampaio, Mecias de Jesus e Marcelo Natanael. Determino à Secretaria Legislativa providenciar a Resolução 005/13.

Questão de Ordem da Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Senhor Presidente, eu solicitei por ocasião do Pronunciamento do Deputado Mecias, minha participação nesta Comissão, e continuo solicitando a anuência de Vossa Excelência para que eu possa participar.

O Senhor Presidente Coronel Chagas – Realmente havia uma composição inicial com o nome do Deputado Ercei, que ficava na proporção de 3 para 2. Então, vamos acrescentar dois nomes nesta Comissão, de dois Deputados: Aurelina Medeiros e Ivo Som.

Questão de Ordem do Senhor Deputado Gabriel Picanço- Só para lembrar a Vossa Excelência que está colocando dois nomes de Deputados de situação, por gentileza, acrescente um nome de oposição. O Senhor Presidente Coronel Chagas - É porque está desproporcional, havia 3 membros da oposição e dois da base, então nós aumentamos dois Deputados da Base e ficaram 4.

Questão de Ordem do Senhor Deputado Soldado Sampaio – Quero deixar bem claro que a indicação dos membros da Comissão se dá através da liderança. Eu indiquei dois nomes dos cinco, os Deputados Mecias e Marcelo Natanael, se há mais um de oposição, ele não se declarou. Se o número subiu para sete, nós vamos ter que discutir essa proporcionalidade.

O Senhor Presidente Coronel Chagas – Agora a proporcionalidade está correta! Vossa Excelência deseja modificar algum nome da Comissão? A Comissão é formada por 7 Deputados.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Há quantos Deputados de oposição?

O Senhor Presidente Coronel Chagas – Três, Deputados Flamarion Portela, Mecias de Jesus e Marcelo Natanael. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Resolução 026/13.

O Senhor Primeiro Secretário, Jalser Renier – Lida a Resolução 026/13.

Questão de Ordem do Senhor Deputado Ivo Som – Senhor Presidente, essa é a mesma Comissão que discutimos agora!

O Senhor Primeiro Secretário, Jalser Renier – Não, é outra Comissão, é uma que está acompanhando uma ação direta de inconstitucionalidade que tramita no Supremo Tribunal Federal que já foi objeto de discussão nesta Casa antes do recesso.

O Senhor Presidente Coronel Chagas – Vejam bem, a Comissão anterior trata de uma Comissão Especial Interna para analisar e dar parecer sobre a matéria da PEC, de iniciativa do Deputado Mecias de Jesus, que foi lida na Sessão Plenária de hoje. Esta Resolução é para nomear uma Comissão para acompanhar os trabalhos da ação direta de inconstitucionalidade ADI 506, de autoria da Procuradoria Geral da República, ajuizada perante o STF. Na Comissão original houve apenas uma substituição, saiu o Deputado Célio e entrou o Deputado Xingú. Passaremos para o Expediente Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Quero reiterar aos Deputados da base da oposição que após o término da Sessão haverá uma reunião na sala de reuniões da oposição. Convoco os Senhores Deputados Flamarion, Gabriel, Mecias e Marcelo Natanael. Quero manifestar o meu apoio aos Professores da Universidade Federal que estão em greve, através da Presidente do SINDUE, Professora Maria José, salientando que desde o ano passado os professores estão nesta Casa cobrando apoio político, no que tange à aquisição de livros e outros equipamentos para melhorar a qualidade do ensino, assim como

o Plano de Cargos e Salários que está defasado desde 2006, bem como eleição direta para Reitor da Universidade. Hoje está havendo interferência política dentro da Universidade quanto à nomeação dos cargos, principalmente o de Reitor. Isso tem levado a nossa Universidade a uma situação difícil, no que diz respeito à qualidade do ensino, mesmo com todo o esforço dos professores. Então, na condição de Deputado, coloco-me à disposição no que tange ao apoio aos professores o que, através do DCE, passou a ser uma causa dos alunos também. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Ivo Som – Muito obrigado. Senhor Presidente, quero ser solidário e me colocar à disposição dos professores. Quero, também, pedir que cada um dos Deputados desta Casa, que têm acesso a Deputados Federais e Senadores, ajudem a olhar com mais clareza a questão da PEC 111, pois essa luta já vem se arrastando há dez anos. Quando há projetos de interesse de outros Estados, é aberto um leque muito grande, mas ele se fecha quando o interesse é de Roraima. Vejo os policiais do ex-território como verdadeiros heróis, uma vez que, na época cuidavam da nossa segurança e hoje estão esquecidos. Eles lutam, vão a Brasília, saem de porta em porta pedindo ajuda para passagem, e só ouço dizerem que os Deputados Federais estão resolvendo. Peço a Deus que dê muita sabedoria a todos para que alcancem êxito em relação a essa questão. Por isso, quero pedir a cada um dos Senhores Deputados que sejam solidários com esses profissionais, uma vez que quem sairá ganhando com a aprovação dessa PEC também será a sociedade roraimense. Parabéns ao Sindicato e, em nome desta Casa, quero nos colocar à disposição para que estejamos juntos nessa luta.

O Senhor Deputado Jalser Renier - Senhor Presidente, só queria comunicar que, na qualidade de Presidente da Comissão que sabatina o Diretor Presidente do DETRAN, nós estaremos enviando um documento convocando a presença dele aqui, na próxima terça-feira, no Plenário, a partir das 3h da tarde, com os Deputados membros da Comissão.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, queria me reportar à Universidade Estadual de Roraima. Essa instituição é muito importante hoje. Ela está se consolidando, ainda tem muitas precariedades, deficiências, mas isso, com o tempo, com a colaboração de cada um, as coisas vão se resolvendo. Senhores Deputados, acabei de receber informações que, na próxima quinta-feira, após reunião com o Poder Executivo, estará chegando aqui a Mensagem governamental alterando o Plano de Cargos, Salários e Carreiras dos professores da UERR, trazendo uma equiparação para que eles ganhem pelo menos o que ganha um professor da rede pública estadual, haja vista que as distorções neste Estado são tão grandes, pois um professor que está lá na Universidade formando professores, ganha menos que o professor da rede pública estadual. Isso, no mínimo, é injusto ou até incoerente. Então, esperamos que a Mensagem Governamental chegue aqui na próxima quinta-feira, para darmos celeridade a essa equiparação, porque a greve não é boa para ninguém, visando atendermos, o máximo possível as reivindicações, para que eles possam trabalhar com melhores condições. A Universidade Estadual é muito importante hoje, e será muito mais importante amanhã. Por isso, estamos melhorando hoje, para que amanhã ela seja uma instituição de respeito e possa formar as futuras gerações e para que o Estado possa avançar cada vez mais. Posso afirmar aos professores que esta Casa irá apoiá-los no sentido de resolver essa questão. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Senhor Presidente, na mesma linha de raciocínio do Deputado Flamarion, sobre a Universidade do Estado, os dirigentes têm que entender que são os servidores que irão carregá-la por toda a vida. Então, nada pode ser feito lá sem ouvi-los, sem dar a eles um plano de cargos. Essa é, sem dúvida, a instituição mais importante que o Estado de Roraima tem, porque é ela a encarregada de preparar os nossos filhos, o nosso Estado e a nossa gente para o futuro. E quero, inclusive, avisá-los que eles estão no Plenário e que o Presidente Chico Guerra, irá recebê-los para ouvir suas reivindicações. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, representando a Comissão de Educação da Casa, nós já conversamos com os líderes da nossa Universidade Estadual, colocamos a Comissão de Educação à disposição deles para que possamos, Deputada Aurelina, Vossa excelência que é vice-Presidente desta Casa, Deputado Mecias, ex-líder da oposição, e Deputado Célio Wanderley, líder do Governo, que participaram ativamente na solução da aprovação do Plano de Cargos e Salários da Secretaria de Educação do Estado, tão logo se

receba aqui o Plano de Cargos e Salários desta instituição, isso sem problema de hora, de dia, junto com os trabalhadores que fazem essa Universidade, buscarmos a melhor forma de atender o que for justo para nossa Instituição, beneficiando as futuras gerações.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Senhor Presidente, seguindo a linha de raciocínio do Deputado Joaquim, uma vez que fui relatora do Plano de Cargos dos professores do Estado, quero dizer que o nosso interesse, tenham certeza, principalmente quando se trata da nossa Universidade Estadual, é estarmos juntos, procurando a melhor solução para essa questão dos professores e servidores. Quero dizer que, assim como os demais, logo que chegue aqui o projeto, nós vamos abraçar a causa para que possamos contribuir com a nossa Universidade Estadual, sendo desnecessário frisar a importância que ela tem para o Estado de Roraima.

O Senhor Presidente Coronel Chagas – Quero também informar aos Senhores Deputados que hoje, à tarde, haverá uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonía, às 15h, para estabelecermos uma agenda de depoimentos e também de Audiências Públicas que ainda serão realizadas. A reunião será na sala reuniões atrás do auditório. Então, convido os Deputados Ivo Som, Brito

Bezerra, Erci de Moraes e Flamarion Portela.

Quero também informar aos Professores da UERR que com certeza esta Casa vai proceder da mesma forma que eu fiz quando da discussão do Plano de Cargos e Salários dos Professores da rede Estadual, pois terão a oportunidade de trazer as suas demandas para discussão e debate. E, aos antigos policiais do ex-Território, que lutam pela aprovação da PEC 111, que esta Casa está sempre em total apoio a essa luta. Nós vamos continuar dando atenção, buscando entendimento e fazendo articulações para que essa PEC seja votada.

E, não havendo mais a tratar, encerro a presente Sessão, convocando outra para o dia 07 à hora regimental.

Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Ângela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta: 07/08/13



ASSEMBLEIA Cidadã

LEVANDO CIDADANIA A QUEM PRECISA

APROXIMANDO O PODER LEGISLATIVO DA POPULAÇÃO.

O Programa Assembleia Cidadã foi criado para levar aos municípios de Roraima, mensalmente, serviços que a ALERR oferece à sociedade roraimense, com a finalidade de aproximar o Poder Legislativo da população.

Participam do Programa a ESCOLEGIS, CHAME, PROCON, o Centro de Apoio às Câmaras Municipais (CAC), Ouvidoria e a Corregedoria, que estarão apresentando os seus serviços.

Durante os 22 anos de sua implantação, este é o primeiro Programa que o Poder Legislativo utiliza todas suas ferramentas para uma ação conjunta nos municípios roraimenses.

